

idp

idm

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADERÊNCIA E ALCANCE DO FINISA: UMA ANÁLISE DA
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS
COM DÉFICIT DE INFRAESTRUTURA

ALYNE FRANCINE CASIMIRO

Brasília-DF, 2025

ALYNE FRANCINE CASIMIRO

**ADERÊNCIA E ALCANCE DO FINISA: UMA ANÁLISE DA
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS EM MUNICÍPIOS
BRASILEIROS COM DÉFICIT DE INFRAESTRUTURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador

Professor Doutor Milton de Souza Mendonça Sobrinho

Brasília-DF 2025

ALYNE FRANCINE CASIMIRO

ADERÊNCIA E ALCANCE DO FINISA: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM DÉFICIT DE INFRAESTRUTURA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 30 / 07 / 2025

Banca Examinadora

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho - Orientador

Prof. Dr. Luiz Augusto Ferreira Magalhães - Coorientador

Prof. Dr. Breno Giovanni Adaid Castro

Profa. Dra. Renata Storti Pereira

Código de catalogação na publicação – CIP

C339a Casimiro, Alyne Francine

Aderência e alcance do FINISA: uma análise da distribuição de recursos em municípios brasileiros com déficit de infraestrutura / Alyne Francine Casimiro. — Brasília: Instituto Brasileiro Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, 2025.
96 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) — Instituto Brasileiro Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, 2025.

1. Infraestrutura. 2. Investimento público 3. Gestão fiscal.
4.Avaliação de políticas públicas. I.Título

CDD 351

Elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves

AGRADECIMENTOS

Concluir este trabalho representa, para mim, muito mais do que uma etapa acadêmica vencida. É o reflexo de um percurso trilhado com dedicação, resiliência e o apoio fundamental de pessoas e instituições que caminharam ao meu lado.

Em primeiro lugar, agradeço à Caixa Econômica Federal, instituição à qual tenho orgulho de pertencer. É com profunda gratidão que reconheço sua política de valorização do corpo de empregados por meio do incentivo à capacitação acadêmica e ao desenvolvimento profissional. O apoio financeiro concedido para a realização deste mestrado foi essencial para que este projeto se concretizasse, mas, acima disso, representou um voto de confiança no meu potencial e no impacto que o conhecimento pode ter na transformação das práticas institucionais.

Ao meu noivo, Felipe Bizan, minha base, meu parceiro em todas as horas, deixo um agradecimento que vem do fundo do coração. Sua presença constante, seu apoio emocional nos dias mais difíceis e suas contribuições intelectuais nas horas de dúvida foram indispensáveis para que eu não apenas persistisse, mas acreditasse, em cada etapa, que este trabalho era possível.

Aos meus professores, em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho, e ao meu coorientador, Prof. Dr. Luiz Augusto Ferreira Magalhães, registro meu mais sincero reconhecimento. A orientação generosa, os apontamentos criteriosos e a confiança no meu trabalho foram fundamentais para que esta dissertação se desenvolvesse com solidez e profundidade. Aprendi muito mais do que teoria e método: aprendi, com vocês, o verdadeiro valor do rigor acadêmico e da escuta sensível.

A todos vocês, meu muito obrigada.

RESUMO

Nas últimas décadas, o setor de infraestrutura consolidou-se como eixo estratégico para o desenvolvimento econômico e social, impactando diretamente a produtividade, a competitividade e a qualidade de vida da população. No Brasil, o debate sobre o financiamento desse setor articula tanto o protagonismo estatal quanto a participação do capital privado por meio de concessões e parcerias. Ainda assim, a crônica escassez de recursos limita a expansão sustentável e equitativa da infraestrutura, sobretudo em áreas urbanas e regiões menos favorecidas. Diante desse cenário, este trabalho investiga os fatores que explicam a aprovação de propostas de financiamento no âmbito do programa FINISA, operacionalizado por uma instituição financeira pública federal, no período de 2019 a 2022. Por meio de análise econométrica com modelos Logit e Probit, são examinadas variáveis socioeconômicas, institucionais e político-ideológicas, a fim de identificar padrões e barreiras de acesso ao crédito por parte dos municípios. Os resultados revelam que o valor da proposta, a gestão fiscal (medida pelo IFGF/FIRJAN) e o calendário eleitoral influenciam significativamente a aceitação. Em contrapartida, variáveis como PIB per capita, espectro político do prefeito e índices de governança não apresentaram significância estatística. A pesquisa destaca a importância de critérios técnicos na alocação de recursos públicos, apontando para um processo seletivo predominantemente imparcial e voltado à promoção de equidade regional. Ao comparar esses achados com experiências internacionais, o estudo contribui para o aperfeiçoamento das políticas públicas de financiamento à infraestrutura, propondo uma agenda que considere a heterogeneidade dos municípios brasileiros e o fortalecimento da capacidade de gestão local.

Palavras chave: infraestrutura; financiamento público; FINISA; gestão fiscal; políticas públicas.

ABSTRACT

In recent decades, the infrastructural sector has become a strategic pillar for economic and social development, directly impacting productivity, competitiveness, and the population's quality of life. In Brazil, the debate on financing this sector involves both the active role of the State and the participation of private capital through concessions and partnerships. Nevertheless, the chronic scarcity of resources continues to limit the sustainable and equitable expansion of infrastructure, particularly in urban areas and historically disadvantaged regions. In this context, this study investigates the factors that explain the approval of financing proposals under the FINISA program, operated by a federal public financial institution between 2019 and 2022. Using econometric analysis based on Logit and Probit models, the research examines socioeconomic, institutional, and political-ideological variables to identify patterns and barriers to credit access by municipalities. The results reveal that proposal value, fiscal management (measured by IFGF/FIRJAN), and the electoral calendar significantly influence approval rates. In contrast, variables such as per capita GDP, the mayor's political orientation, and governance indexes showed no statistical significance. The study underscores the importance of technical criteria in the allocation of public resources, suggesting a predominantly impartial selection process focused on promoting regional equity. By comparing these findings with international experiences, the study contributes to improving public infrastructure financing policies and proposes an agenda that considers the heterogeneity of Brazilian municipalities and the strengthening of local management capacity.

Keywords: infrastructure; public financing; FINISA; fiscal management; public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Macrofluxo de contratação FINISA	29
Figura 2 Histograma Valor de Proposta por Região	56
Figura 3 Histograma de Número de População por Região	57
Figura 4 Relação entre Valor da Proposta e População	57
Figura 5 Relação entre Valor da Proposta e PIB por Região	58
Figura 6 Relação entre Valor da Proposta e PIB Per Capita por Região	58
Figura 7 Boxplot de População por Dummy Situação e Região	59
Figura 8 Boxplot de Valor de Proposta por Dummy Situação e Região	59
Figura 9 Boxplot de PIB por Dummy Situação e Região	60
Figura 10 PIB Per Capita por dummy Situação e Região	61
Figura 11 Boxplot de IGM/CFA por Dummy Situação e Região	63
Figura 12 Boxplot de IFGF/FIRJAN por Dummy Situação e Região	64
Figura 13 Boxplot de IFDM/FIRJAN por Dummy Situação e Região	64
Figura 14 Relação entre Valor da Proposta e IFDM/FIRJAN por Região	65
Figura 15 Relação entre Valor Proposta e IFGF/FIRJAN por Região	65

Figura 16	
Relação entre Valor da Proposa e IGM/CFA por Região	66
Figura 17	
Histograma de IGM/CFA por Região	66
Figura 18	
Histograma de IFGF/ FIRJAN por Região	67
Figura 19	
Histograma de IFDM/FIRJAN por Região	67
Figura 20	
Distribuição do Espectro Político dos Prefeitos	68
Gráfico 1	
Volume de Contratações (2019 a 2022)	51
Gráfico 2	
Propostas Contratadas e Não Contratadas por Estado	54
Gráfico 3	
Participação Regional por Número de Contratações	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1

Classificação de itens financiáveis e não financiáveis em projetos do FINISA

..... **27**

Quadro 2

Linhas de financiamento e seus respectivos objetivos em projetos FINISA

..... **28**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

Relação entre objetivos específicos, referencial teórico e metodologia 17

Tabela 2

Descritivo dos Índices das Variáveis 36

Tabela 3

Composição e Fundamentação Teórica das Variáveis 42

Tabela 4

Estatística Descritiva por Situação da Proposta 51

Tabela 5

Ranking das Maiores e Menores Taxas de Contratação por Estado 55

Tabela 6

Descritiva relativa às principais variáveis quantitativas 61

Tabela 7

Resultados dos modelos Logit e Probit para a probabilidade de aceitação de propostas FINISA 69

Tabela 8

Resultados dos modelos Logit e Probit com dummies Estaduais: Influência regional na aprovação das propostas Estatística 73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
-------------------------	-----------

1. CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO	20
--	-----------

1.1 CICLOS DA INTERVENÇÃO ESTATAL NA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA	20
1.2 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA.....	22
1.2.1 ECONOMIA DA INFORMAÇÃO: ASSIMETRIA, SELEÇÃO ADVERSA E RISCO MORAL.....	23
1.3 O PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO (FINISA).....	26
1.3.1 CONDIÇÕES TÉCNICAS PARA A ANÁLISE DE PROPOSTA DO FINISA ..	26
1.3.2 ETAPAS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA	29
1.4 INFLUÊNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	30

2. CAPÍTULO 2 – MÉTODO E ESTRATÉGIA EMPÍRICA.....	35
--	-----------

2.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA.....	35
2.2 FUNDAMENTAÇÃO EMPÍRICA	35
2.3 MODELAGEM ESTATÍSTICA	44

3. CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	50
---	-----------

3.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS	50
3.2 MODELAGEM ESTATÍSTICA APLICADA E DISCUSSÃO DOS ACHADOS.....	69

CONCLUSÃO	79
------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	82
-------------------------	-----------



INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a deficiência em infraestrutura se consolidou como um entrave estrutural ao crescimento sustentável e à redução das desigualdades territoriais no Brasil. Ainda que exista amplo reconhecimento de que investimentos em infraestrutura são determinantes para a competitividade, produtividade e qualidade de vida (Campos Neto; Ferreira, 2010; Calderón; Servén, 2010), permanece uma lacuna significativa sobre os mecanismos que explicam a alocação desses recursos entre os entes subnacionais, especialmente em contextos de tensões fiscais, choques conjunturais como a pandemia de COVID-19 e variações político-ideológicas.

Essa lacuna é particularmente relevante porque, conforme a literatura da economia da informação, assimetrias informacionais e fenômenos como seleção adversa e risco moral (Akerlof, 1970; Stiglitz; Weiss, 1981; Stiglitz; Weiss, 1987) podem distorcer o acesso ao crédito, comprometendo a eficiência alocativa e ampliando desigualdades estruturais. Ao mesmo tempo, a economia política aponta que fatores de alinhamento ideológico e clientelismo influenciam a distribuição de recursos públicos em contextos federativos (Prado, 2006; Ferreira; Bugarin, 2007; Keefer; Khemani, 2005), criando possíveis vieses não exclusivamente explicados por méritos técnico-fiscais.

No Brasil, o programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA), operacionalizado por uma instituição financeira pública habilitada pelo governo federal, tem sido mobilizado por municípios e estados como instrumento para mitigar déficits históricos, mas há escassez de evidência sistemática acerca dos fatores associados à aceitação ou rejeição das propostas submetidas em ciclos políticos distintos e sob diferentes pressões macroeconômicas.

Diante desse cenário, a pesquisa busca responder à seguinte questão: quais fatores explicam a aprovação das propostas de crédito do programa FINISA, submetidas a uma instituição financeira pública operadora, no período de 2019 a 2022, considerando as dimensões de governança, responsabilidade fiscal, desenvolvimento socioeconômico local e orientação político-ideológica?

O objetivo geral é identificar e estimar os efeitos dessas três dimensões sobre a probabilidade de aprovação das propostas de financiamento. Para tanto, definem-se os seguintes objetivos específicos: avaliar o impacto da governança e da responsabilidade fiscal municipal na aprovação das propostas de crédito; investigar a influência do nível de desenvolvimento socioeconômico local sobre a probabilidade de êxito nas solicitações; examinar a existência de indícios de influência político-ideológica na distribuição dos financiamentos; e, por fim, isolar e quantificar potenciais desigualdades de acesso e vieses na alocação do crédito por meio de uma abordagem multidimensional.

As hipóteses que orientam o desenho empírico sintetizam essas dimensões e são fundamentadas na literatura relevante. A primeira hipótese (H1) postula que municípios com melhores indicadores de governança e responsabilidade fiscal apresentam maior probabilidade de ter suas propostas aprovadas, o que se alinha à teoria das finanças públicas e à literatura sobre credibilidade fiscal e capacidade institucional como determinantes do acesso a crédito (Rodden, 2006; Arzaghi; Henderson, 2005; Stiglitz; Weiss, 1981; Stiglitz; Weiss, 1987).

A segunda hipótese (H2) afirma que níveis mais elevados de desenvolvimento socioeconômico local, refletidos em variáveis como PIB per capita, estrutura econômica e capacidade absorvente, estão positivamente associados à aprovação das propostas, em consonância com estudos sobre desigualdades territoriais e desenvolvimento econômico que destacam a importância de dotar regiões com base econômica e institucional para absorver e implementar investimentos (Banco Mundial, 2017; Easterly; Levine, 1997; Calderón; Servén, 2010).

A terceira hipótese (H3) sugere a existência de viés político-ideológico, de modo que entes com maior alinhamento político com o governo federal tendem a ter maiores chances de êxito mesmo após controlar por condições econômicas e institucionais, apoiando-se na literatura de economia política sobre clientelismo, alocação distributiva de recursos e favorecimento por proximidade ideológica (Prado, 2006; Ferreira; Bugarin, 2007; Keefer & Khemani, 2005; Golden; Min, 2013).

A quarta hipótese (H4) propõe que persistem desigualdades estruturais de acesso ao crédito que não são totalmente explicadas por condições econômicas e fiscais, refletindo barreiras adicionais como seleção adversa e assimetrias informacionais que demandam

intervenção pública para correção de falhas de mercado (Akerlof, 1970; Stiglitz, 2010).

Este estudo justifica-se do ponto de vista acadêmico pela integração de teorias da economia da informação, da economia política e das finanças públicas para explicar a alocação de crédito de infraestrutura em um contexto federativo complexo, combinando múltiplos indicadores de capacidade institucional e desenvolvimento com modelagens econométricas sob variações político-conjunturais entre 2019 e 2022. Além disso, não se identifica, até o momento, estudos empíricos específicos que analisem de forma sistemática os determinantes da aprovação de propostas no programa FINISA, o que confere caráter inédito ao recorte e amplia sua contribuição para a literatura sobre financiamento subnacional de infraestrutura no Brasil. Do ponto de vista aplicado ou prático, os resultados fornecem subsídios para o aprimoramento de políticas públicas de financiamento à infraestrutura ao identificar mecanismos de vulnerabilidade, distorções e vieses na distribuição dos recursos, o que pode orientar intervenções que promovam maior equidade territorial e eficiência no uso de recursos públicos.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem quantitativa explicativa. Inicialmente, são mapeadas todas as propostas submetidas por municípios a uma instituição financeira pública operadora do FINISA no período de 2019 a 2022, classificando-as como aprovadas ou reprovadas. Esse recorte temporal permite capturar transições entre ciclos de governo com orientações ideológicas distintas, bem como os efeitos das mudanças conjunturais introduzidas pela pandemia de COVID-19 sobre prioridades fiscais e demanda por crédito (Banco Mundial, 2017, 2022).

Em seguida, estimam-se modelos econométricos binários, Logit e Probit, (Gujarati; Porter, 2011; Maddala, 1983) para identificar os determinantes da aprovação, escolha metodológica justificada pela natureza dicotômica da variável dependente e pela robustez que essas especificações fornecem ao tratamento de probabilidades limitadas e não lineares (Greene, 2012; Wooldridge, 2010).

A dimensão de governança e responsabilidade fiscal é operacionalizada por meio de indicadores como o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) e o Índice de Governança Municipal do CFA (IGM/CFA), alinhando-se à literatura que trata da capacidade

institucional como fator de credibilidade e mitigação de riscos (Rodden, 2006; Arzaghi; Henderson, 2005). O nível de desenvolvimento socioeconômico é capturado por variáveis estruturais como PIB per capita, população e composição econômica, refletindo a capacidade absorvente regional discutida em estudos de desenvolvimento (Easterly; Levine, 1997; Calderón; Servén, 2010).

A influência político-ideológica, abordada nos estudos de Prado (2006) e Ferreira e Bugarin (2007), é investigada por meio da inclusão do espectro político do gestor municipal e de testes de interação e robustez para verificar se o alinhamento afeta a probabilidade de aprovação controlando por outras dimensões, conforme abordagens utilizadas em estudos de alocação distributiva e clientelismo (Ferreira; Bugarin, 2007; Keefer; Khemani, 2005).

Para detectar desigualdades e vieses regionais, são aplicadas decomposições de efeitos marginais, análises de heterogeneidade e testes de robustez que buscam separar o efeito das dimensões observadas de potenciais barreiras não observadas e assimetrias informacionais (Akerlof, 1970; Stiglitz; Weiss, 1981).

Assim, com o objetivo de esclarecer a estratégia adotada para o presente estudo, a Tabela 1 apresenta a articulação entre os objetivos específicos, o referencial teórico que os fundamenta e a metodologia empregada.

Tabela 1 – Relação entre objetivos específicos, referencial teórico e metodologia		
Objetivo Específico	Referencial Teórico	Estratégia Metodológica
1. Avaliar o papel da governança e responsabilidade fiscal municipal na aprovação das propostas de crédito.	Teoria de finanças públicas; assimetria de informação; racionamento de crédito e capacidade institucional.	Modelos Logit/Probit; utilização de índices como IFGF, IGM/CFA; controles fiscais e de governança.
2. Investigar a influência do nível de desenvolvimento socioeconômico local sobre a probabilidade de êxito nas solicitações.	Economia do desenvolvimento; capacidade absorvente local; desigualdades territoriais.	Incorporação de variáveis como PIB per capita, população e regionalidades; estimações Logit/Probit com controles estruturais.

3. Examinar se há indícios de influência político-ideológica na distribuição dos financiamentos.	Economia política; alinhamento político e alocação de recursos; clientelismo.	Inclusão do espectro político do gestor como variável; análise de interações e robustez frente a outras dimensões.
4. Isolar e quantificar potenciais desigualdades de acesso e vieses regionais na alocação do crédito.	Economia da informação (seleção adversa, risco moral); desigualdades territoriais e barreiras estruturais.	Decomposição de efeitos; análise de marginais; testes de robustez e heterogeneidade.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Ademais, o estudo está dividido da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresenta o referencial teórico, integrando literatura sobre financiamento de infraestrutura, economia da informação (assimetria, seleção adversa e risco moral), economia política e o papel das instituições financeiras públicas na correção de falhas de mercado e na alocação distributiva de recursos. O segundo capítulo detalha a estratégia metodológica, os dados e os testes: descreve a construção das variáveis, os indicadores de governança, desenvolvimento socioeconômico e alinhamento político, bem como a especificação dos modelos Logit e Probit e os procedimentos adotados para avaliar robustez, heterogeneidade e possíveis vieses. O terceiro capítulo apresenta os resultados empíricos, incluindo análise descritiva, estimações principais, efeitos marginais e investigação de vieses político-partidários, e os discute à luz do referencial teórico. Por fim, apresenta-se a conclusão com implicações para políticas públicas, limitações e sugestões para pesquisas futuras.



1

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 CICLOS DA INTERVENÇÃO ESTATAL NA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA

A atuação estatal tem sido central nas políticas de infraestrutura, alternando entre fases de ativismo e retração conforme orientações ideológicas e limitações fiscais (Campos Neto, 2014; Machado; Gomide; Pires, 2017). No período autoritário (1964–1980), houve forte expansão em energia e transporte com estruturas tecnocráticas como o GEIPOT e a consolidação da Eletrobras, embora sem participação social e com aumento da dívida que fragilizou a capacidade de investimento subsequente (Barat, 2007; Mercedes, Rico; Pozzo, 2015; Rezende, 1987; Rocha; Ribeiro, 2022). Nas décadas de 1980 e 1990, a redemocratização conviveu com estagnação dos investimentos, privatizações mal articuladas e falhas regulatórias, incluindo deficiências nos desenhos institucionais das concessões e renegociações problemáticas, que reduziram o papel do Estado e deterioraram a infraestrutura (Gomide, 2011; Pereira, 2014; Guasch, 2004; Gomide; Pereira, 2018; Machado, Gomide; Pires, 2018).

A partir dos anos 2000, tornou-se claro que reativar o investimento exigia reconstruir capacidades estatais de planejamento, o que começou ainda na transição dos anos 1990 com Brasil em Ação e Avança Brasil, e se intensificou com o novo ativismo estatal da década seguinte, combinando agendas desenvolvimentistas, articulação interinstitucional e reformas de gestão (Calderón; Easterly; Servén, 2003; Lotta; Favareto, 2016; IBGE, 2022; Machado; Gomide; Pires, 2017; Machado; Gomide; Pires, 2018).

Nesse contexto, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, marcou o retorno do Estado como planejador de longo prazo por meio de mecanismos de coordenação e gestão ágeis (Pêgo et al., 2022). Apesar disso, após 2014 observou-se novo recuo nos investimentos, com suspensão de obras e interrupção de novas contratações, culminando na paralisação do PAC em 2019 e posterior retomada em 2022 com o “Novo PAC”, refletindo a volatilidade do

compromisso estatal influenciado por fatores políticos e ideológicos (Machado; Gomide; Pires, 2017; IPEA, 2010).

A trajetória histórica evidencia ciclos de capacidade e compromisso estatais diferenciados, nos quais não bastou disponibilizar recursos: foi necessária a recomposição de estruturas institucionais e regulatórias para sustentar investimentos em infraestrutura de forma contínua e equitativa. Embora uma extensa literatura empírica reconheça efeitos positivos do investimento público sobre o crescimento, com destaque para a infraestrutura, sua utilização não é automática nem linear nas políticas fiscais.

No Brasil, Orair e Siqueira (2018) mostram que os multiplicadores dos investimentos públicos variam conforme o ciclo econômico: são mais elevados e persistentes em recessões profundas (superiores a dois), reforçando o papel anticíclico do gasto, enquanto em expansões robustas caem para abaixo de um e têm efeitos de curta duração. Isso indica que o investimento pode estabilizar e impulsionar o produto em momentos adversos, mas sua eficácia depende do contexto conjuntural e de uma aplicação criteriosa.

Apesar dessa fundamentação teórica e empírica, os investimentos costumam ser os primeiros alvos de corte em ajustes fiscais, seja por pressões de economia política, rigidezes institucionais ou foco excessivo no curto prazo, que desconsidera retornos de longo prazo. Esse padrão gera um viés pró-cíclico na política fiscal, aumentando a volatilidade e criando descontinuidades nas desacelerações, enquanto a folga orçamentária em períodos de boom tende a amplificar tendências expansivas.

Ademais, a evolução do volume de investimentos é moldada pela orientação da política econômica e pelas prioridades governamentais, as quais são, por sua vez, condicionadas pela forma como as instituições estruturam e operam a tomada de decisão fiscal e distributiva (Orair, 2016; Orair, 2018).

Outro ponto relevante nos ciclos de investimento público em infraestrutura no Brasil é a qualidade dos projetos e das obras do período. Embora o PAC tenha reintroduzido o papel ativo do Estado nesse campo, sua implementação expôs lacunas institucionais e de governança que comprometeram a sustentabilidade de seu legado (Lotta; Favareto, 2016; Nunes, 2022; Machado; Gomide; Pires, 2017).

As inovações em arranjos e instrumentos foram parciais e não superaram limitações internas (como decisões pouco conectadas à sociedade civil, a fragmentação do aparelho estatal e interesses de curto prazo) resultando em avanços incompletos, projetos não finalizados, fraca redução das desigualdades regionais e fragilidades administrativas (Machado; Gomide; Pires, 2017).

Apesar da ampliação dos recursos mobilizados, a execução enfrentou atrasos, sobrecustos e descompassos entre compromissos orçamentários e desembolsos efetivos, de modo que parcela significativa dos valores destinados não se converteu plenamente em estoque de capital ou serviços públicos (Almeida, 2014; Frischtak; Noronha, 2016; Gomide; Pereira, 2018).

Esses entraves decorrem, em parte, da complexidade inerente a projetos de infraestrutura, envolvendo múltiplos atores, riscos ocultos e vieses otimistas no planejamento (situação amplamente observada internacionalmente, em que cerca de nove em cada dez projetos enfrentam atrasos e estouros de custos (Flyvbjerg; Sunstein, 2017). O “Novo PAC” de 2022 retoma o esforço estatal nesse âmbito, mas incorpora os aprendizados e limitações já identificados em ciclos anteriores.

1.2 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

Historicamente, as instituições financeiras públicas brasileiros têm sido utilizados como instrumentos de fomento à atividade econômica. A carteira de crédito agrícola e industrial (Crai) do Banco do Brasil foi criada em 1937 com o intuito de fomentar as atividades produtivas preponderantemente voltadas para a agricultura. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) foi criado em 1952 para financiar investimento em infraestrutura e, mais tarde, tornou-se principal fonte de financiamento de longo prazo para a indústria.

Para fomentar o desenvolvimento regional, foram criados em 1942 o Banco de Crédito da Borracha, que se transformou no Banco da Amazônia (Basa), e em 1954 o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em 1964, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação, tendo à frente o Banco Nacional de Habitação (BNH), cujas atribuições foram transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF) em 1986. Nas décadas de 1960 e 1970, houve ainda a multiplicação dos bancos de

desenvolvimento estaduais, antes disso, a maioria dos estados brasileiros já contava com os seus bancos públicos estaduais (Araujo e Cintra, 2011).

Durante esse período, a atuação dos bancos públicos federais pode ser categorizada em três grandes dimensões. Primeiramente, destaca-se o apoio setorial, especialmente nos segmentos industrial, rural e imobiliário, durante diferentes fases dos ciclos de crédito. Embora os bancos privados tenham registrado um crescimento mais rápido no estoque de crédito entre 2004 e 2008, os bancos públicos desempenharam um papel relevante nesses setores. Eles desempenharam um papel essencial no fomento ao desenvolvimento, principalmente por meio do financiamento de longo prazo, uma área em que os bancos privados brasileiros têm uma presença limitada, geralmente recorrendo a fontes externas (Jayme Jr.; Crocco, 2010).

Em segundo lugar, destaca-se o papel dos bancos públicos na promoção do desenvolvimento regional, especialmente o BNDES, o BB e a CEF, devido às suas dimensões e variadas operações de fomento. Além dessas instituições, o BNB e o Basa desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento regional, direcionando o crédito para impulsionar a economia e a infraestrutura local (Jayme Jr.; Crocco, 2010).

Por fim, destaca-se a atuação anticíclica na oferta de crédito. Durante a crise financeira global no final de 2008, os bancos privados reduziram a concessão de crédito, enquanto os bancos públicos mantiveram ou aumentaram sua oferta. Isso ajudou a mitigar os efeitos recessivos da queda do crédito privado, tanto interno quanto externo, demonstrando uma atuação contracíclica para estabilizar a economia (Jayme Jr.; Crocco, 2010).

1.2.1 ECONOMIA DA INFORMAÇÃO: ASSIMETRIA, SELEÇÃO ADVERSA E RISCO MORAL

A economia da informação fornece os fundamentos para entender por que mercados de crédito frequentemente falham em alocar recursos de forma eficiente na presença de imperfeições informacionais. Segundo Aldrichi (2006), Stiglitz e Weiss quando agentes possuem níveis diferentes de informação relevante, surgem distorções que comprometem a seleção, o preço e o monitoramento de contratos. Dois mecanismos centrais nesse contexto são a seleção

adversa e o risco moral, cujas interações explicam tanto a retração do crédito quanto o racionamento mesmo diante de demanda existente. A compreensão desses fenômenos é essencial para justificar intervenções deliberadas, como a atuação de instituições financeiras públicas especializadas, especialmente em setores estratégicos e com fortes externalidades sociais, como infraestrutura (Riley, 2001).

A assimetria de informação ocorre quando uma das partes detém conhecimento privado que a outra não possui, violando os pressupostos de mercados completos e perfeitamente informados. No caso da seleção adversa, que opera *ex ante* a parte menos informada não consegue distinguir os tipos de contraparte ou qualidade, e os agentes de maior risco ou de menor qualidade tendem a dominar o mercado. O clássico modelo de Akerlof (1970), em "*The Market for Lemons*", ilustra como essa dinâmica pode degradar um mercado inteiro: compradores, incapazes de diferenciar carros bons dos ruins, não pagam preços que reflitam qualidade superior, levando à saída dos produtos de melhor qualidade e à deterioração do equilíbrio. O risco moral ocorre *ex post*, após o contrato, quando o agente revela comportamento oportunista porque não arca integralmente com os custos das suas ações ou porque suas decisões não são perfeitamente observáveis.

No crédito, por exemplo, o tomador pode assumir projetos mais arriscados após a concessão do financiamento, sabendo que parte dos custos do fracasso recairá sobre o credor ou que existam garantias implícitas. Esses dois canais: seleção adversa e risco moral, se reforçam e explicam por que aumentos de juros podem, paradoxalmente, piorar a composição da carteira de crédito e levar ao racionamento de crédito, conforme formalizado por Stiglitz e Weiss (1981). Eles demonstram que, em presença de informação imperfeita, os credores preferem limitar o volume de empréstimos a elevar a taxa, pois juros maiores atraem tomadores mais arriscados e intensificam comportamentos de risco pós-contrato, de modo que o retorno esperado não melhora.

Stiglitz e Weiss (1987) aprofundam essas ideias ao discutir como contratos incompletos e mecanismos de incentivo devem ser estruturados em ambientes com distribuição desigual de informação, destacando a complexidade de construir arranjos contratuais que simultaneamente mitiguem seleção adversa e risco moral sem gerar custos adicionais excessivos.

Diante dessas falhas de mercado, os mecanismos puramente privados muitas vezes não conseguem viabilizar crédito para projetos de longo prazo, arriscados ou com alto retorno social, como os de infraestrutura local em contextos federativos com capacidades heterogêneas, segundo Stiglitz e Weiss (1981).

A intervenção pública, por meio de instituições financeiras públicas e bancos de desenvolvimento, é justificada como correção dessas imperfeições. Essas instituições podem internalizar externalidades positivas, reduzir assimetrias informacionais via avaliação técnica (*screening*) e monitoramento contínuo, estruturar garantias parciais e acomodar horizontes de retorno mais longos, além de integrar objetivos de política pública (Araujo; Cintra, 2011; Stiglitz, 2010).

Quando bem desenhadas, elas funcionam como canais que mitigam os efeitos de seleção adversa e risco moral: implementando triagem técnica rigorosa, acompanhando a execução dos projetos, estabelecendo condicionantes de governança e promovendo coordenação entre níveis de governo. Esse arranjo é particularmente relevante para programas como o FINISA, onde a opacidade sobre capacidade fiscal municipal e governança pode dificultar o acesso ao crédito por meios de mercado e onde a execução sem supervisão adequada pode introduzir risco moral.

Investimentos em infraestrutura enfrentam desafios agravados pelas assimetrias informacionais: a dificuldade de avaliar *ex ante* a viabilidade técnica e fiscal de projetos municipais e o comportamento oportunista na implementação elevam o risco percebido pelos credores privados (Aldrichi, 2006).

Para Chein e Silva (2014), o viés de seleção pode fazer com que apenas municípios com perfis menos transparentes ou mais arriscados busquem certas modalidades de crédito, e o risco moral pode surgir na fase de execução se não houver mecanismos de controle e incentivos alinhados.

Portanto, uma instituição financeira pública operando programas estruturados, com critérios técnicos padronizados, mecanismos de mitigação de risco e conectividade institucional, pode corrigir essas imperfeições, ampliando o acesso eficiente ao crédito e contribuindo para a concretização de projetos com alto impacto socioeconômico (Stiglitz, 2010; Araujo; Cintra, 2011).

1.3 O PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO (FINISA)

O programa Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA) foi instituído pela Caixa Econômica Federal (CEF) em 2012, como uma linha de crédito com recursos próprios, destinada ao setor público, com o objetivo de apoiar investimentos em infraestrutura urbana, mobilidade, saneamento básico, entre outros. Sua criação está vinculada à Resolução nº 4.149, de 27 de setembro de 2012, do Banco Central do Brasil, que autorizou a Caixa a operar operações de crédito com entes públicos com recursos próprios, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e demais normas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A operacionalização do FINISA foi detalhada por meio de normativos internos da CEF e se consolidou como um dos principais instrumentos de financiamento direto a entes federados, sem intermediação do Orçamento Geral da União (OGU). Ao longo dos anos, o programa passou por reformulações para ampliar seu escopo, incluindo a possibilidade de financiamento tanto de despesas de capital (investimentos) quanto, posteriormente, de despesas correntes vinculadas a ações finalísticas de infraestrutura, conforme previsto nas Diretrizes Internas da CEF e em consonância com o Manual de Crédito da instituição (CEF, 2025).

1.3.1 CONDIÇÕES TÉCNICAS PARA A ANÁLISE DE PROPOSTA DO FINISA

Assim como ocorre com qualquer linha de crédito institucional, o FINISA estabelece um conjunto de requisitos técnicos, jurídicos e financeiros que devem ser atendidos pelos entes subnacionais para que suas propostas de financiamento sejam analisadas e eventualmente aprovadas pela instituição operadora. Entre esses requisitos destacam-se: a comprovação da regularidade previdenciária do proponente, a apresentação de certidões e documentos que atestem a capacidade de pagamento, bem como a submissão de projetos com escopo técnico e financeiro detalhado, de acordo com os parâmetros definidos pelo agente financeiro (CEF, 2025).

Ainda de acordo com a Cartilha do FINISA, o programa define claramente os tipos de iniciativas passíveis ou não de financiamento.

São elegíveis projetos que contribuam para a melhoria da infraestrutura urbana, do saneamento ambiental e da qualidade de vida da população. Em contrapartida, são vedados os financiamentos destinados a despesas correntes, pagamento de pessoal ou amortização de dívidas preexistentes. A delimitação dessas condições visa garantir o direcionamento estratégico dos recursos e assegurar sua aplicação em ações estruturantes com impacto duradouro no território. O Quadro 1, a seguir, apresenta a síntese dos tipos de projetos financiáveis e não financiáveis no âmbito do FINISA.

Quadro 1 – Classificação de itens financiáveis e não financiáveis em projetos do FINISA	
ITENS FINANCIÁVEIS	ITENS NÃO FINANCIÁVEIS
Despesas de Capital, classificadas como: Investimentos; Inversões Financeiras; Transferência de Capital	- Despesas Correntes, de forma direta ou indireta, conforme artigo 35 da LRF. - Refinanciamento de Dívidas contraídas junto à outra instituição financeira, conforme artigo 35 da LRF.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

São considerados exemplos de investimentos em infraestrutura e serviços públicos as áreas de água, esgoto, drenagem, pavimentação, iluminação pública e geração de energia fotovoltaica, bem como a aquisição de máquinas, veículos e equipamentos. Além disso, incluem-se obras de construção e revitalização de açudes e cisternas, retomada e conclusão de obras paralisadas, e a construção de escolas, creches, equipamentos esportivos, postos de saúde e hospitais. Atualmente, a instituição financeira federal usada o FINISA possui 8 (oito) linhas de financiamento relacionados aos itens financiáveis, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Linhas de financiamento e seus respectivos objetivos em projetos FINISA	
LINHA DE FINANCIAMENTO	OBJETIVO
FINISA –Despesa de capital	Destinada ao financiamento de investimentos no âmbito do Saneamento, Infraestrutura e conceder apoio financeiro na execução de despesas classificadas como de capital
FINISA – Retomada de Obras	Destinada ao aporte de recursos necessários à retomada ou conclusão de operações de financiamento firmada junto à CAIXA que estão sem evolução física há mais de 90 dias e vinculadas a operações de crédito do FGTS, conforme regramento disposto no Apensado deste MN
FINISA –PPP Aporte Financeiro	Destinada a disponibilizar operação de crédito para aportes na PPP durante fase de execução dos investimentos/obras
FINISA –PPP Estruturação de Projetos	Destinada a custear serviços técnicos especializados e assessoramento técnico aplicados em projetos de PPP e Concessão estruturados pela CAIXA
FINISA –PPP Garantia de Contraprestações CAPEX	Destinada a prestar garantia do pagamento das contraprestações CAPEX de contratos de PPP firmados pelos estados e municípios
FINISA – Regularização Fundiária	Destinada ao financiamento de despesas vinculadas a projeto de regularização fundiária, contemplando medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com a finalidade de integrar assentamentos irregulares ao contexto legal das cidades
FINISA Verde	Destinada ao financiamento de despesas de capital com foco na eficiência energética, na utilização de fontes de energia limpa e/ou renováveis e no reaproveitamento e redução do consumo de água
FINISA Transformação Digital	Financiar despesas de capital com foco na transformação digital com a aplicação de recursos na infraestrutura e sistemas com o objetivo de melhorar a eficiência e acessibilidade dos cidadãos aos serviços públicos

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O FINISA se posiciona como muito mais do que uma linha simples de crédito para obras, ao oferecer apoio financeiro diversificado que possibilita uma atuação estratégica e abrangente para o desenvolvimento urbano. Suas linhas de crédito abrangem áreas

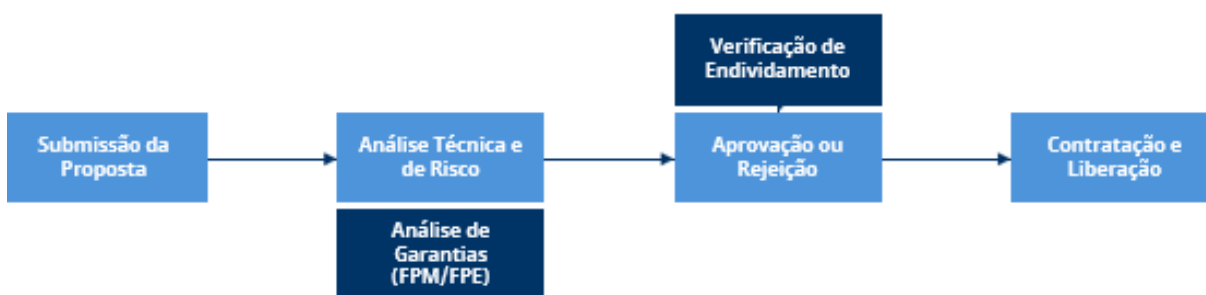
cruciais para a melhoria da infraestrutura municipal, como saneamento básico, regularização fundiária e retomada de obras paralisadas, mas também vão além, incluindo a estruturação de projetos de PPP, garantias para contratos de parceria público-privada, apoio à parceria sustentabilidade com o FINISA Verde, e avanços na transformação digital da gestão pública (CEF, 2025).

Essa abrangência permite que o FINISA impacte não apenas as obras físicas, mas também a eficiência administrativa, a sustentabilidade ambiental e a acessibilidade da população aos serviços públicos, fomentando o desenvolvimento integrado dos municípios beneficiados.

1.3.2 ETAPAS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA

De acordo com a Cartilha do FINISA, o fluxo apresentado abaixo representa, de maneira macro, as principais fases que a operação de crédito percorre até sua formalização. Essas etapas envolvem desde a análise inicial da viabilidade do crédito, passando pela avaliação de riscos, até a aprovação final. Cada fase desempenha um papel crucial na conformidade e segurança da operação, garantindo que o processo seja eficiente e alinhado com as diretrizes estabelecidas.

Figura 1 – Macrofluxo de contratação FINISA



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Consoante a figura acima, a concessão de crédito abrange também avaliação de requisitos fiscais, legislativos, jurídicos, de engenharia, econômicos e sociais. Dessa forma, para captar esses recursos, é fundamental que os gestores públicos acompanhem todas as etapas até a aprovação do projeto, além de se munirem de pessoal treinado e especializado nas prefeituras para que não haja déficit de conhecimento e habilidade técnica que possa resultar em perda de recursos, (CEF, 2025).

1.4 INFLUÊNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

A alocação de recursos públicos entre os entes federativos no Brasil combina mecanismos formais de descentralização com práticas político-partidárias informais que podem distorcer critérios técnicos e de equidade. Embora existam dispositivos legais que regulam a distribuição de recursos, como as transferências constitucionais (BRASIL, 1988), legais (BRASIL, 2012), diretas ao cidadão (BRASIL, 2000a; 2001; 2004), ao Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2000b) e as transferências voluntárias (BRASIL, 2007), uma ampla literatura evidencia que o processo efetivo de repasse frequentemente incorpora alinhamentos político-partidários. O FINISA, que, embora não seja uma transferência voluntária, possui natureza pública e pode estar sujeita a influências semelhantes, além dos critérios técnico-fiscais formais.

As transferências voluntárias são uma forma relevante de financiamento intergovernamental, regulamentadas pelo Decreto nº 6.170/2007 e pela Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, com base na Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000c). Elas permitem que governos federal e estaduais repassem recursos a municípios mediante instrumentos de cooperação, sem uma limitação legal rígida à discricionariedade, o que os torna suscetíveis a usos estratégicos. Moutinho, Kniess e Maccari (2013) destacam o papel dos municípios como agentes centrais na implementação dessas políticas, dada sua proximidade com as demandas locais, e mostram que as transferências voluntárias funcionam como expansão orçamentária contingente para a execução de políticas públicas compartilhadas.

Entretanto, essa flexibilidade é acompanhada por elevado grau de discricionariedade político-partidária. Prado (2006) e Ferreira e Bugarin (2007) demonstram que a distribuição desses recursos não segue apenas lógica técnica ou de necessidade, mas é fortemente influenciada por alinhamentos políticos entre prefeitos e o governo federal, refletindo padrões de clientelismo e favorecimento.

O efeito distorcedor se amplia quando combinado com a força de representação parlamentar: Limongi e Figueiredo (2005) e Pereira e Rennó (2007) mostram que congressistas da base aliada têm maior probabilidade de ver suas emendas ao Orçamento Geral da União executadas, enquanto Pereira de Mello (2012) evidencia que emendas

de oposição são sistematicamente menos atendidas. Pesquisas anteriores como Pereira e Mueller (2002), que analisaram o período 1995–2000, também identificaram que a filiação partidária do autor da emenda influencia a distribuição dos recursos, beneficiando parlamentares governistas em detrimento da oposição, evidenciando um padrão persistente de alocação política.

Esse conjunto de evidências é reforçado por análises posteriores: Bijos (2013), ao estudar 2007–2011, aponta que, apesar da importância da capacidade institucional municipal, a liberação de transferências voluntárias depende também de redes de relacionamento político, incluindo articulações entre deputados federais e lideranças locais, e pode funcionar como moeda de troca em contextos de negociação legislativa (Pereira; Mueller, 2002; Pereira; Rennó, 2007; Pereira de Mello, 2012). Amorim Neto e Simonassi (2013) complementam a discussão ao mostrar que a distribuição desigual de recursos públicos tende a perpetuar disparidades regionais, porque favorece entes com maior força política em detrimento de critérios de equidade, reforçando desigualdades estruturais.

A literatura de economia política explica esses padrões por meio de dois canais principais. O primeiro é o canal do favorecimento direto, em que entes subnacionais alinhados política ou ideologicamente com o governo central (ou com atores decisórios influentes) recebem tratamento preferencial na alocação de recursos, seja por acesso facilitado, seja por expectativas institucionais que suavizam entraves burocráticos. O segundo é o canal da confiança e seleção de informação, em que o alinhamento político reduz atritos percebidos sobre a confiabilidade ou compatibilidade de gestão, influenciando decisões mesmo quando os critérios técnicos são formalmente similares (Keefer; Khemani, 2005; Golden; Min, 2013). Esses mecanismos operam mesmo em sistemas com arranjos normativos formais, porque as relações políticas e de alinhamento moldam incentivos, prioridades e fluxos de informação entre níveis de governo.

Embora o FINISA não seja uma transferência voluntária (sendo uma linha de crédito estruturada com recursos próprios da instituição operadora) sua natureza pública e sua operacionalização por uma instituição financeira habilitada vinculam-no a dinâmicas político-institucionais. Por essa razão, a concessão de crédito pelo FINISA pode incorporar influências político-ideológicas similares às observadas nas transferências voluntárias, além de depender dos requisitos técnicos

estipulados. Este estudo, portanto, busca verificar se o alinhamento político do gestor municipal afeta a probabilidade de aprovação das propostas, controlando por dimensões técnicas e fiscais, explorando os canais de favorecimento e de percepção mencionados anteriormente.

A operacionalização da dimensão político-ideológica se dá pela codificação do espectro político do gestor municipal no momento da submissão da proposta: afiliação partidária, alinhamento formal ou informal com o governo federal e eventuais coalizões políticas são utilizados como proxies de congruência ideológica estabelecida pela classificação ideológica acadêmica (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2022).

Em modelos Logit/Probit (Greene, 2003), a variável de alinhamento é incluída juntamente com controles de capacidade institucional, desenvolvimento socioeconômico, valor da proposta e indicadores de governança, e são testadas interações para verificar se o efeito do alinhamento persiste independentemente da qualidade técnica ou se varia conforme outras características da proposta ou do município. Testes de robustez consideram definições alternativas de alinhamento e estratégias de controle para mitigar vieses de endogeneidade e correlações espúrias, por exemplo, por meio de efeitos fixos regionais e restrição da amostra a subgrupos comparáveis.

A existência de um efeito político-ideológico robusto, mesmo após o controle por méritos técnicos, sugere que a alocação de crédito público pode operar dentro de um canal distributivo informal que compromete a equidade e a eficiência. No caso do FINISA, isso implicaria que entes municipalmente alinhados ao poder central ou a atores influentes têm vantagem relativa na aprovação de seus projetos, independentemente de possuir condições técnicas ou fiscais equivalentes, gerando potenciais distorções territoriais. Reconhecer e quantificar esse canal é fundamental para aperfeiçoar mecanismos de governança, reduzir influências indevidas e fortalecer a transparência e o mérito na concessão de financiamento à infraestrutura.

Dessa forma, este capítulo buscou estabelecer os fundamentos conceituais e analíticos que sustentam a investigação proposta, delineando a relação entre os objetivos específicos, os referenciais teóricos mobilizados e as variáveis analíticas selecionadas. A revisão da literatura permitiu justificar as hipóteses formuladas com base em evidências empíricas e abordagens consagradas, especialmente no que tange à influência da capacidade institucional, da disciplina fiscal,

do desenvolvimento socioeconômico e da dimensão político-eleitoral sobre o acesso dos municípios ao financiamento público para infraestrutura.

A seguir, o capítulo subsequente se debruçará sobre a estratégia metodológica adotada para a testagem dessas hipóteses, detalhando os procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados. Será apresentada a estrutura empírica que orienta a operacionalização das variáveis, bem como os modelos estatísticos aplicados, de modo a garantir a robustez e a coerência do percurso analítico adotado nesta pesquisa.



2

CAPÍTULO 2 – MÉTODO E ESTRATÉGIA EMPÍRICA

2.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA

Com o objetivo de responder à pergunta de pesquisa, isto é, "quais fatores explicam a aprovação das propostas de crédito do programa FINISA, submetidas a uma instituição financeira pública operadora, no período de 2019 a 2022, considerando as dimensões de governança e responsabilidade fiscal, desenvolvimento socioeconômico local e orientação político-ideológica?", adota-se uma abordagem quantitativa, descritiva e explicativa-associativa. Busca-se, assim, não apenas retratar padrões na aprovação das propostas de crédito do FINISA (Gil, 1991), mas também identificar quais fatores institucionais, socioeconômicos e político-ideológicos estão associados à probabilidade de contratação dessas propostas (Malhota, 2001).

O universo analisado compreende todas as 1.968 propostas municipais submetidas ao FINISA à instituição financeira federal operadora do programa no caso em tela, no período de 2019 a 2022, ou seja, não se trabalhou com amostragem, mas com o universo completo das propostas municipais desse intervalo temporal.

2.2 FUNDAMENTAÇÃO EMPÍRICA

A coleta de dados envolveu múltiplas fontes e variáveis: os dados sobre aprovação (contratada ou não) e valor das propostas foram obtidos diretamente da instituição financeira operadora do FINISA; o Índice de Governança Municipal (IGM-CFA) veio do Conselho Federal de Administração; os índices de gestão fiscal (IFGF) e de desenvolvimento municipal (IFDM) foram coletados junto à FIRJAN; os dados socioeconômicos (como PIB per capita e população) foram extraídos do IBGE; informações sobre anos eleitorais presidenciais e municipais foram obtidas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); e o alinhamento político-ideológico entre prefeito(a) e presidente da República foi construído a partir de dados de filiação partidária e espectro ideológico (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2022).

No tocante aos índices, verifica-se que a Tabela 2 contribui para elucidar a composição e o método de mensuração dos índices selecionados para a construção das variáveis utilizadas na pesquisa.

Tabela 2 – Descritivo dos Índices das Variáveis						
Índice	O que é	Periodicidade	Como é calculado / Metodologia	Componentes	Gestor	Escala / Valores mínimo e máximo
IGM-CFA (Índice de Governança Municipal)	Métrica de governança pública municipal que avalia a gestão, finanças e desempenho para promover geração de valor público.	Anual (utiliza janela de dados de até quatro anos para garantir cobertura)	Hierarquia bottom-up: dados brutos agregados em indicadores; médias dos indicadores formam as dimensões (Finanças, Gestão, Desempenho); dessas dimensões é derivada a nota geral. A construção busca ampla cobertura sem perda de qualidade	Dimensões: Finanças; Gestão; Desempenho, cada uma composta por subindicadores derivados de bases públicas (ex.: STN, IBGE, DATASUS etc.).	Conselho Federal de Administração (CFA) - Câmara de Gestão Pública.	Geralmente 0 a 10 para as camadas formativas (variáveis, indicadores, desempenho); notas relatadas variam nesse intervalo, sendo maior valor melhor.

			e envolve cruzamento de múltiplas bases.			
IFGF (Índice FIRJAN de Gestão Fiscal)	Estudo anual que avalia a situação fiscal dos municípios para fortalecer a cultura de responsabilidade administrativa.	Anual.	Agrega quatro indicadores com pesos iguais (25% cada): Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos. Dados são extraídos das prestações de contas declaradas à Secretaria do Tesouro Nacional. O índice reflete a disciplina fiscal e capacidade de gestão.	Autonomia; Gastos com Pessoal; Liquidez; Investimentos.	FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro).	Varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1 melhor a gestão fiscal. Classificações: >0,8 excelência; 0,6-0,8 boa; 0,4-0,6 em dificuldade; <0,4 crítica.
IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento)	Índice que mede o desenvolvimento socioeconômico	Anual.	Construído a partir de dados oficiais, com	Emprego & Renda; Saúde; Educação.	FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro).	Varia de 0 a 1; maiores valores indicam

Índice Municipal)	ômico municipal nas dimensões de emprego & renda, saúde e educação.		revisão metodológica recente (2025) que ajustou pesos, hipóteses e variáveis. Os três eixos são combinados em um índice composto que varia de 0 a 1, refletindo o progresso e situação do município.		do Rio de Janeiro).	maior desenvolvimento. Faixas: 0–0,4 crítico; 0,4–0,6 baixo; 0,6–0,8 moderado; 0,8–1 alto.
Índice	O que é	Periodicidade	Como é calculado / Metodologia	Componentes	Gestor	Escala / Valores mínimo e máximo

Fonte: elaborada pela autora (2025).

Para a análise de dados, foram inicialmente exploradas estatísticas descritivas para caracterizar a distribuição das variáveis e identificar padrões básicos de heterogeneidade geográfica.

Tratamentos preliminares incluíram a construção de dummies (eleitorais, regionais e de alinhamento), verificação e tratamento de valores faltantes, padronização de variáveis contínuas conforme necessário, detecção e, quando justificado, mitigação de outliers (por exemplo, com winsorização moderada em valores extremos de proposta), e checagem de multicolinearidade entre regressoras (via fatores de inflação de variância, VIF).

Em seguida, a inferência foi realizada por meio de modelos de regressão para variável dependente binária, especificações Logit e

Probit (Greene, 2003), estimadas por máxima verossimilhança, ambas adequadas quando o desfecho assume duas categorias (“contratada” vs. “não contratada”) e permitem converter coeficientes em probabilidades marginais interpretáveis, segundo a literatura de econometria aplicada (Gujarati; Porter, 2011; Maddala, 1983; Hosmer; Lemeshow, 2000; Agresti, 2018).

O Logit e o Probit diferem apenas na hipótese sobre a distribuição do termo de erro (logística no primeiro e normal no segundo), mas, em conjunto, possibilitam estimar diretamente a probabilidade de contratação de uma proposta FINISA e mensurar o efeito relativo de fatores institucionais, fiscais, socioeconômicos e político-ideológicos sobre essa probabilidade. Incluíram-se também variáveis de controle, ano de eleição presidencial, ano de eleição municipal, região e valor da operação, para capturar possíveis ciclos políticos e neutralizar vieses geográficos e de escala associados ao montante solicitado.

As especificações incluíram blocos de covariáveis que refletiam: capacidade institucional e fiscal (IGM e IFGF), desenvolvimento e base econômica (IFDM e PIB per capita), alinhamento político-ideológico, características da proposta (valor), ciclos eleitorais (dummies de anos de eleição presidencial e municipal) e heterogeneidades territoriais (dummies de grandes regiões e, em especificação alternativa, de estados selecionados para capturar efeitos intrarregionais). Foram também estimadas interações, notadamente entre alinhamento político e qualidade institucional, para testar heterogeneidades condicionais.

Os coeficientes foram interpretados por meio de *odds ratios* e efeitos marginais, permitindo avaliar magnitudes relativas. Testes de robustez incluíram comparação entre Logit e Probit, uso alternativo de agregações regionais e estaduais, e estimativas com erros-padrão robustos e agrupados por unidade geográfica para ajustar dependência espacial.

A implementação empírica foi realizada usando linguagem R, que permitiu a execução das regressões, o cálculo de diagnósticos (como VIF e medidas de ajuste), e a geração de efeitos marginais. Procedimentos adicionais de verificação incluíram avaliação de especificação (pseudo R^2 , testes de razão de verossimilhança, critérios de informação como AIC/BIC) e análises de sensibilidade frente a

diferentes cortes e definições das variáveis de alinhamento e desagregação territorial.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a natureza observacional dos dados, o que impõe cautela quanto a inferências causais plenas, particularmente em relação à variável de alinhamento político-ideológico, que pode estar sujeita a endogeneidade (por exemplo, prefeitos mais eficientes tendem a se alinhar estrategicamente ou serem cooptados) e a correlações espúrias não completamente eliminadas por controles.

Há também possibilidade de erro de medição nos índices compostos (IGM, IFGF, IFDM), bem como na codificação do alinhamento ideológico e na definição de ciclos eleitorais, que pode atenuar ou distorcer os efeitos estimados. A agregação temporal e espacial, mesmo com tentativas de desagregação, pode não capturar toda a dinâmica local e institucional específica limitando, assim, a generalização além do contexto das propostas municipais ao FINISA entre 2019 e 2022.

Finalmente, aspectos informais de influência política ou redes de relação que não são observáveis nos dados ficam fora do escopo direto da modelagem, o que pode deixar parcelas de influência não explicadas pelas variáveis incluídas.

Essa estrutura metodológica combina uma fundamentação teórica robusta, sobre falhas de mercado e capacidade institucional (Stiglitz; Weiss, 1981; Rodden, 2006; Arzaghi; Henderson, 2005), desenvolvimento socioeconômico (Easterly; Levine, 1997; Calderón; Servén, 2010), ciclos eleitorais (Nordhaus, 1975; Hibbs, 1977; Rogoff, 1990; Brender; Drazen, 2005) e influência político-ideológica (Prado, 2006; Ferreira; Bugarin, 2007; Keefer; Khemani, 2005; Golden; Min, 2013), com técnicas econométricas apropriadas para isolar e interpretar os determinantes da obtenção de financiamento via FINISA.

A variável dependente desta pesquisa, identificada pela sigla *fns*, é uma *dummy* que assume valor 1 quando a proposta municipal submetida ao FINISA foi contratada e 0 caso contrário; o recorte contempla exclusivamente municípios no período de 2019–2022, excluindo operações estaduais. Esse desenho binário torna apropriada a estimação via modelos de regressão logística, adequados para capturar a probabilidade condicional de contratação diante de um

conjunto de covariáveis (Greene, 2012; Wooldridge, 2010; Stiglitz; Weiss, 1981).

As variáveis independentes principais incorporam dimensões de capacidade institucional, fiscal, socioeconômica e político-ideológica: o IGM-CFA (igm) mensura governança municipal (englobando gestão, finanças e desempenho) (CFA, 2022) e foi escolhido por seu caráter abrangente conforme a literatura especializada (Albuquerque et al., 2017); o IFGF (ifgf) reflete eficiência e disciplina fiscal por meio de quatro subindicadores (autonomia, gastos com pessoal, liquidez e investimentos); o IFDM (ifdm) captura o desenvolvimento municipal nas esferas de emprego e renda, educação e saúde, sendo proxy da capacidade estrutural do ente local; o PIB per capita municipal (PIB_munic), com dados do IBGE (2022), representa a base econômica per capita como condicionante da viabilidade e sustentabilidade dos projetos; e a variável *alin_ideo_presi_pref* indica, de forma binária (1=sim; 0=não), se o(a) prefeito(a) é ideologicamente alinhado(a) ao presidente da República segundo a classificação ideológica dos partidos brasileiros proposta por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2022), testando a hipótese de influência político-ideológica na aprovação, além dos méritos técnicos.

Para controlar por efeitos sazonais e estruturais adicionais, o modelo inclui variáveis de controle: *ano_eleit_presi* e *ano_eleit_pref* são dummies que sinalizam se o ano da proposta coincide com eleição presidencial ou municipal, respectivamente, com dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral, de modo a captar eventuais ciclos políticos na alocação de crédito; *reg* indica a região geográfica do município (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste), com base no IBGE, para neutralizar vieses decorrentes de heterogeneidades territoriais; e *val_oper* representa o valor da operação proposta, permitindo capturar efeitos de escala e escrutínio diferencial sobre propostas de tamanhos distintos.

Assim, sintetiza a Tabela 3 a seleção das variáveis utilizadas, destacando-se por refletir múltiplas dimensões que influenciam a distribuição dos recursos do programa FINISA. Essa seleção, como já ressaltado acima, está ancorada em fundamentos teóricos sólidos, relacionados à capacidade institucional, ao contexto econômico, às assimetrias político-ideológicas e aos ciclos eleitorais, conferindo coerência e robustez ao modelo empírico adotado.

Tabela 3 – Composição e Fundamentação Teórica das Variáveis

Variável	Tipo	Descrição	Expectativa	Fundamentação teórica / autores
fns	Dependente (dummy)	1 se a proposta municipal submetida ao FINISA foi contratada; 0 caso contrário. Municípios, 2019–2022.	—	Justificativa para uso de variável dicotômica e modelos Logit/Probit; racionamento de crédito e falhas informacionais: Stiglitz; Weiss (1981); Greene (2012); Wooldridge (2010).
igm	Independente	Índice de Governança Municipal (IGM-CFA): avalia gestão, finanças e desempenho municipal, sinal de capacidade institucional.	Positivo	Capacidade institucional e credibilidade fiscal reduzem risco percebido e facilitam acesso a crédito: Rodden (2006); Arzaghi; Henderson (2005); Albuquerque et al. (2017).
ifgf	Independente	Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: mede autonomia, gastos com pessoal, liquidez e investimentos, refletindo disciplina fiscal.	Positivo	Eficiência fiscal e responsabilidade como sinais de solvência: Rodden (2006); Arzaghi; Henderson (2005); literatura de finanças públicas.
ifdm	Independente	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: emprego e renda, educação e saúde, refletindo desenvolvimento	Positivo	Desenvolvimento local melhora viabilidade de projetos e reduz riscos: Easterly; Levine (1997); Calderón; Servén (2010); Banco Mundial, 2017.

		socioeconômico.		
PIB_munic	Independente	PIB per capita municipal (IBGE): produção por habitante, proxy de capacidade econômica.	Positivo	Capacidade econômica local relacionada à absorção e sustentabilidade do investimento: Easterly; Levine (1997); Calderón; Servén (2010).
alin_ideo_presi_pref	Independente	Alinhamento político-ideológico entre prefeito(a) e presidente da República.	Positivo (hipótese)	Clientelismo e alocação distributiva; influência político-partidária: Prado (2006); Ferreira; Bugarin (2007); Keefer; Khemani (2005); Golden; Min (2013); Pereira; Mueller (2002); Pereira; Rennó (2007); Pereira de Mello (2012); Amorim Neto; Simonassi (2013); Bijos (2013).
ano_eleit_presi	Controle (dummy)	Indica se o ano da proposta coincide com eleição presidencial.	Ambíguo	Ciclos políticos e gasto público: Nordhaus (1975); Hibbs (1977); Rogoff (1990); Brender; Drazen (2005).
ano_eleit_pref	Controle (dummy)	Indica se o ano da proposta coincide com eleição municipal.	Ambíguo	Ciclos políticos locais e incentivos de curto prazo: Rogoff (1990); Brender; Drazen (2005).
reg	Controle	Região geográfica do município (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste).	—	Heterogeneidade regional e disparidades estruturais: Rodríguez-Pose; Ezcurra (2010); Rodden (2006).
val_oper	Controle	Valor da operação de crédito proposta.	Ambíguo	Efeitos de escala, complexidade e risco em projetos públicos: Flyvbjerg; Sunstein (2017); literatura sobre priorização de investimentos e risco associado ao tamanho.

Fonte: elaborada pela autora (2025).

2.3 MODELAGEM ESTATÍSTICA

Este estudo emprega estatística inferencial por meio de modelos de regressão para variável dependente binária, estimando simultaneamente especificações Logit e Probit (Greene, 2012), ambas apropriadas quando o desfecho assume duas categorias (aceita/rejeita a proposta).

O Logit difere do Probit pela hipótese sobre a distribuição do termo de erro (logística no primeiro e normal no segundo), mas ambos são capazes de modelar razões de chance e converter os coeficientes em probabilidades marginais interpretáveis, conforme discutido na literatura de econometria aplicada (Gujarati; Porter, 2009; Maddala, 1983; Hosmer; Lemeshow, 2000; Agresti, 2018).

Essa estratégia permite estimar diretamente a probabilidade de contratação da proposta FINISA e avaliar o impacto relativo de fatores institucionais, fiscais, socioeconômicos e político-ideológicos sobre essa probabilidade.

Adicionalmente, incluem-se variáveis de controle (ano de eleição presidencial, ano de eleição municipal, região e valor da operação) tanto para capturar possíveis efeitos de ciclos políticos na alocação de recursos quanto para neutralizar vieses geográficos e de escala relacionados ao montante solicitado.

A especificação básica (Equação 1) modela a probabilidade de aprovação de uma proposta como função de variáveis de capacidade institucional e fiscal, desenvolvimento socioeconômico, alinhamento político-ideológico, ciclos eleitorais, características da proposta e heterogeneidades geográficas regionais:

$$\begin{aligned}
 P(\text{Aprovação} = 1|x) &= G(\beta_0 + \beta_1 \text{Valor da proposta}_{it} + \beta_2 IGM_{it} + \beta_3 IFGF_{it} \\
 &+ \beta_4 PIB \text{ per capita}_{it} + \beta_5 D_{presi} + \beta_6 D_{mun} + \beta_7 D_{direita} \\
 &+ \beta_8 D_{centro-direita} + \beta_9 D_{centro} + \beta_{10} D_{centro-esquerda} \\
 &+ \beta_{11} D_{esquerda} + \beta_{12} D_{sul} + \beta_{13} D_{sudeste} + \beta_{14} D_{centro-oeste} \\
 &+ \beta_{15} D_{nordeste})
 \end{aligned} \tag{1}$$

em que: *Valor da proposta_{it}* é o valor de repasse em cada proposta; *IGM_{it}* é o valor do Índice de Governança Municipal; *IFGF_{it}* é o Índice Firjan de Gestão Fiscal; *PIB per capita_{it}* é o PIB per capita; *D_{presi}* e *D_{mun}* são dummies que representam os anos eleitorais presidenciais e

municipais, respectivamente; $D_{direita}$, $D_{centro-direita}$, D_{centro} , $D_{centro-esquerda}$, $D_{esquerda}$ representam o espectro político de cada prefeito; D_{sul} , $D_{sudeste}$, $D_{centro-oeste}$ e $D_{nordeste}$ representam dummies das grandes regiões geográficas brasileiras.

Para a Equação 2, temos as mesmas variáveis exógenas exceto pela troca das variáveis dummy geográficas, que agora passam a ser relativas a estados selecionados (D_{ba} , D_{ce} , D_{mg} , D_{pr} , D_{rs} , D_{sc} e D_{sp}), e não mais às grandes regiões.

Essa alteração é importante para evidenciar diferenças intrarregionais que se perdem em agregações amplas: ao usar estados selecionados, reduz-se o viés de agregação e captura-se heterogeneidade local mais fina (por exemplo, variações estruturais, institucionais e políticas que ocorrem dentro de uma mesma grande região).

$$\begin{aligned}
 P(\text{Aprovação} = 1|x) &= G(\beta_0 + \beta_1 \text{Valor da proposta}_{it} + \beta_2 IGM_{it} \\
 &+ \beta_3 IFGF_{it} + \beta_4 PIB \text{ per capita}_{it} + \beta_5 D_{presi} \\
 &+ \beta_6 D_{mun} + \beta_7 D_{direita} + \beta_8 D_{centro-direita} + \beta_9 D_{centro} \\
 &+ \beta_{10} D_{centro-esquerda} + \beta_{11} D_{esquerda} + \beta_{12} D_{ba} \\
 &+ \beta_{13} D_{ce} + \beta_{14} D_{mg} + \beta_{15} D_{pr} + \beta_{16} D_{rs} + \beta_{17} D_{sc} \\
 &+ \beta_{18} D_{sp})
 \end{aligned} \tag{2}$$

Essa estratégia permite identificar efeitos estaduais particulares na probabilidade de contratação do crédito, tornando a análise mais sensível a disparidades territoriais específicas e melhorando a especificação ao controlar por heterogeneidades espaciais que, se omitidas, poderiam distorcer os coeficientes das demais variáveis.

A modelagem ainda inclui controles por ciclos políticos eleitorais com dummies para anos de eleição presidencial e municipal, considerando a literatura de ciclos políticos e alocação de recursos em contextos eleitorais (Nordhaus, 1975; Hibbs, 1977; Brender; Drazen, 2005), e o valor da operação como proxy de escala e escrutínio, reconhecendo que projetos maiores podem enfrentar dinâmicas distintas de priorização e risco (Flyvbjerg; Sunstein, 2017).

Para o modelo Logit, utilizou-se a função logística tradicional (Equação 3) como função de ligação:

$$G(z) = \frac{\exp(z)}{[1 + \exp(z)]} \quad (3)$$

Enquanto para estimativa do modelo Probit, a função de ligação é a Equação 4 abaixo:

$$G(z) = \Phi(z) = \int_{-\infty}^z \phi(v)dv \quad (4)$$

Onde $\phi(z)$ função de densidade normal padrão:

$$\phi(z) = (2\pi)^{-\frac{1}{2}} \exp(-z^2/2) \quad (5)$$

As hipóteses estruturam a interpretação dos resultados: a primeira (H1) postula que municípios com melhores indicadores de governança e gestão fiscal (IGM e IFGF) apresentam maior probabilidade de aprovação devido à maior credibilidade institucional e menor risco percebido (Rodden, 2006; Arzaghi; Henderson, 2005; Albuquerque et al., 2017).

A segunda (H2) estabelece que melhores condições socioeconômicas e desenvolvimento (capturados por PIB per capita e IFDM) elevam a probabilidade de êxito por sinalizarem capacidade absorvente e viabilidade dos projetos (Easterly; Levine, 1997; Calderón; Servén, 2010; Banco Mundial, 2017).

A terceira (H3) verifica a existência de um canal político-ideológico informal, segundo o qual o alinhamento entre o(a) prefeito(a) e o chefe do Executivo federal aumenta a chance de contratação além dos critérios técnicos, refletindo práticas de alocação distributiva e clientelismo já documentadas em contextos semelhantes (Prado, 2006; Ferreira; Bugarin, 2007; Keefer; Khemani, 2005; Golden; Min, 2013; Pereira; Mueller, 2002; Pereira; Rennó, 2007; Pereira de Mello, 2012; Amorim Neto; Simonassi, 2013; Bijos, 2013).

A quarta hipótese (H4) contempla a persistência de desigualdades estruturais e vieses regionais mesmo após controle

pelas dimensões anteriores, refletidos nos efeitos territoriais e de escala que não são completamente explicados por variáveis observadas.

A comparação entre Logit e Probit atua como checagem de robustez à forma funcional da função de ligação (logística no primeiro caso e normal acumulada no segundo), permitindo verificar se os achados são sensíveis à suposição sobre a distribuição do termo de erro (Greene, 2012; Wooldridge, 2010).

Os coeficientes estimados são transformados em razões de chance e efeitos marginais para facilitar a interpretação prática dos impactos das variáveis explicativas sobre a probabilidade de contratação.

Para assegurar a consistência dos resultados, adotaram-se estratégias adicionais de identificação: inclusão de controles para efeitos eleitorais, alternativa de desagregação espacial (regiões versus estados), uso de erros-padrão robustos e agrupados quando necessário, avaliação de multicolinearidade entre variáveis correlacionadas (como IGM, IFGF e PIB per capita), e testes de especificação com indicadores complementares e interações, especialmente entre alinhamento político e qualidade institucional, para explorar heterogeneidades condicionais.

Esse arranjo metodológico combina fundamentos teóricos sobre falhas de mercado, capacidade institucional, desenvolvimento local e influência político-ideológica com técnicas econométricas apropriadas para inferência, permitindo uma análise abrangente e rigorosa dos determinantes da concessão de crédito via FINISA.

Neste contexto, este capítulo buscou detalhar a estrutura metodológica que sustenta a investigação, a qual se ancora em uma abordagem quantitativa, descritiva e explicativa-associativa, voltada à compreensão dos fatores que influenciam a aprovação de propostas de financiamento no âmbito do programa FINISA.

A partir do universo completo de propostas municipais submetidas entre 2019 e 2022, foram coletados e tratados dados provenientes de múltiplas fontes oficiais, com destaque para indicadores de governança, gestão fiscal, desenvolvimento socioeconômico e alinhamento político-ideológico. A análise foi operacionalizada por meio de modelos estatísticos binários (Logit e Probit), estimados com rigor técnico e fundamentação teórica robusta,

o que confere solidez às inferências realizadas. As hipóteses delineadas buscam testar a influência relativa das capacidades institucionais, das condições estruturais, do alinhamento político-partidário e das heterogeneidades territoriais na probabilidade de contratação das propostas.

No capítulo seguinte, são apresentados os principais achados empíricos decorrentes da aplicação desses modelos, acompanhados da discussão crítica de seus resultados à luz da literatura especializada e do contexto institucional brasileiro.



3

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS

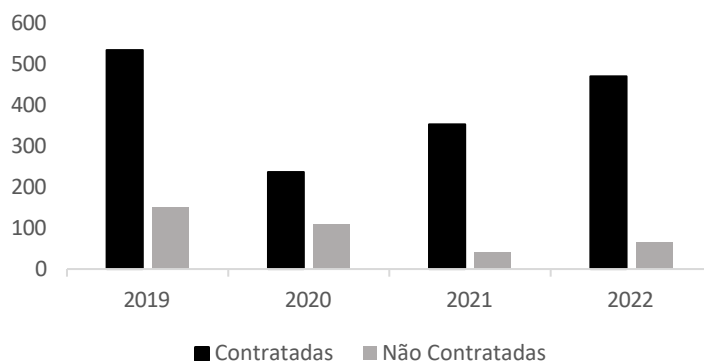
A análise exploratória tem como objetivo caracterizar as propostas submetidas ao programa Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA), operacionalizado por uma instituição financeira pública federal, no período de 2019 a 2022. Essa etapa inicial é fundamental para identificar padrões, compreender a distribuição das variáveis envolvidas e embasar a formulação das hipóteses que serão posteriormente testadas por meio de modelagem estatística.

Foram utilizados recursos gráficos, como histogramas, boxplots e gráficos de dispersão, para visualizar a variação das variáveis de interesse entre os grupos de propostas contratadas e não contratadas. A segmentação por região geográfica e pelo status da proposta permitiu uma análise contextualizada, revelando assimetrias significativas no acesso ao financiamento entre os municípios brasileiros.

No total, foram analisadas 1.968 propostas submetidas entre 2019 e 2022, das quais 1.594 foram contratadas e 374 não contratadas, evidenciando uma elevada taxa de aprovação ao longo do período. As variações observadas nos volumes anuais refletem a influência de fatores institucionais, conjunturais e, em especial, os impactos da pandemia de COVID-19.

Em 2019, primeiro ano da série, registrou-se o maior número de propostas analisadas, com 534 contratações e 151 rejeições, totalizando 685. Em 2020, início da pandemia, houve uma redução expressiva, com 345 propostas analisadas (237 contratadas e 108 não contratadas). O ano de 2021, ainda marcado pelos efeitos da crise sanitária, apresentou recuperação, com 394 propostas analisadas, sendo 353 contratadas e 41 não contratadas. Já em 2022, em um cenário de retomada institucional, houve novo crescimento, com 470 contratações e 64 não contratações, totalizando 534 propostas avaliadas.

Gráfico 1 – Volume de Contratações (2019 a 2022)



Fonte: elaborada pela autora (2025).

Ainda no que se refere à situação das propostas (contratadas e não contratadas), é possível identificar diferenças relevantes entre os dois grupos, conforme apresentado na Tabela 4, a partir da análise das variáveis do estudo em tela:

Tabela 4 – Estatística Descritiva por Situação da Proposta		
Variável	CONTRATADA	NÃO CONTRATADA
População_válidas	1593.0	363.0
População_média	86622.57	107461.36
População_mediana	20736.0	29298.0
População_desvio_padrão	244658.13	236898.06
População_min	179.19	1621.0
População_max	2900319.0	1963726.0
PIB_munic_válidas	1594.0	363.0
PIB_munic_média	2457528.53	4077103.46
PIB_munic_mediana	365434.52	897887.91
PIB_munic_desvio_padrão	7328731.14	10874178.89
PIB_munic_min	40.46	333.67
PIB_munic_max	105829675.05	96113599.01
valor_proposta_válidas	2077.0	634.0
valor_proposta_média	16276057.53	25933867.46

valor_proposta_mediana	5000000.0	10000000.0
valor_proposta_desvio_padrão	31914674.71	50342681.61
valor_proposta_min	104132.27	0.0
valor_proposta_max	780000000.0	780000000.0
IGM_CFA_válidas	1593.0	363.0
IGM_CFA_média	6.07	6.07
IGM_CFA_mediana	6.13	6.11
IGM_CFA_desvio_padrão	0.94	0.93
IGM_CFA_min	2.83	3.59
IGM_CFA_max	8.47	8.3
IFGF_FIRJAN_válidas	1573.0	355.0
IFGF_FIRJAN_média	0.69	0.65
IFGF_FIRJAN_mediana	0.71	0.68
IFGF_FIRJAN_desvio_padrão	0.16	0.17
IFGF_FIRJAN_min	0.04	0.04
IFGF_FIRJAN_max	1.0	1.0
IFDM_FIRJAN_válidas	1589.0	362.0
IFDM_FIRJAN_média	0.62	0.61
IFDM_FIRJAN_mediana	0.63	0.62
IFDM_FIRJAN_desvio_padrão	0.11	0.11
IFDM_FIRJAN_min	0.2	0.31
IFDM_FIRJAN_max	0.85	0.84

Fonte: elaborada pela autora (2025).

Destaca-se a variável população municipal, cuja média nos municípios com propostas contratadas é de aproximadamente 86.623 habitantes, enquanto entre os municípios com propostas não contratadas a média sobe para 107.461 habitantes. Apesar da média maior no segundo grupo, observa-se que a mediana da população nos municípios contratantes é menor (20.736 habitantes) do que nos não contratantes (29.298 habitantes), sugerindo que o primeiro grupo possui maior concentração de pequenos municípios com poucas ocorrências de grandes centros que elevam a média. O elevado desvio

padrão em ambos os grupos (superior a 236 mil) indica alta dispersão populacional e a presença de outliers significativos.

Em relação ao valor das propostas, constata-se que a média dos valores contratados (R\$ 18,6 milhões) é próxima à dos valores não contratados (R\$ 18,8 milhões), porém a mediana das propostas contratadas é inferior à das não contratadas, o que aponta que, na prática, há uma preferência por operações de menor porte entre os financiamentos efetivados. Essa evidência é coerente com a hipótese de pulverização do crédito, em que a instituição financeira busca distribuir recursos a um maior número de municípios com menor risco individual. A variável IGM/CFA, que mensura a capacidade institucional da gestão local, apresenta média ligeiramente superior nos municípios contratantes (6,07) em comparação aos não contratantes (6,06), sugerindo um leve favorecimento a administrações com melhor estrutura de governança.

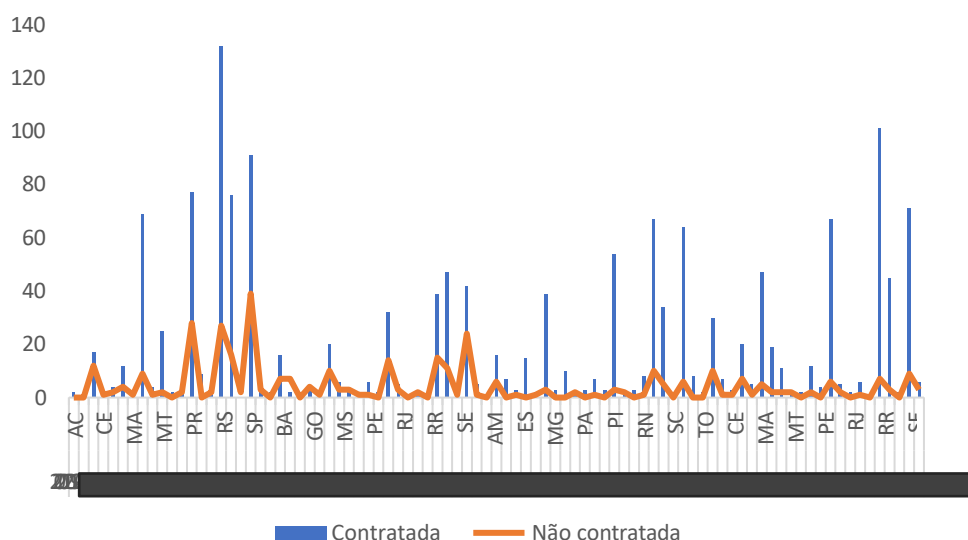
Já o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), indicador-chave da disciplina fiscal dos municípios, exibe diferença mais expressiva: nos municípios com propostas contratadas, a média do IFGF é 0,68, contra 0,62 nos demais. Esse achado reforça a hipótese de que a responsabilidade fiscal e o equilíbrio orçamentário são fatores relevantes para a aprovação das propostas, em linha com a literatura de finanças públicas que aponta o IFGF como um importante sinalizador de solvência e boa gestão (Rodden, 2006; Arzaghi; Henderson, 2005). Da mesma forma, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que reflete o desempenho em saúde, educação e emprego, é ligeiramente superior nos municípios com propostas contratadas, corroborando a associação entre desenvolvimento socioeconômico e capacidade de planejamento e execução de investimentos (Easterly; Levine, 1997; Calderón; Servén, 2010).

A análise do PIB per capita dos municípios também sugere uma tendência de maior sucesso entre as propostas oriundas de localidades com maior atividade econômica por habitante, ainda que com elevada variabilidade.

No recorte regional das propostas analisadas, conforme demonstram os Gráficos 2 e 3, revela disparidades significativas entre os estados brasileiros quanto à aprovação das operações, o que permite extrair recomendações relevantes para o aprimoramento da política de financiamento.

O Gráfico 2, que apresenta o volume de propostas contratadas e não contratadas por estado no período de 2019 a 2022, evidencia que determinadas unidades federativas concentram maior número de contratações, como Minas Gerais, São Paulo e Paraná, enquanto outros estados, como Acre, Amapá e Roraima, apresentam participação pouco expressiva no programa. O que pode ser interpretado à luz de sua maior capacidade institucional, fiscal e técnica para formular e implementar projetos. Essa constatação está em consonância com a literatura sobre racionamento de crédito, segundo a qual instituições financeiras tendem a priorizar mutuários com melhor perfil de risco, especialmente em contextos de falhas informacionais (Stiglitz; Weiss, 1981).

Gráfico 2 – Propostas Contratadas e Não Contratadas por Estado



Fonte: elaborada pela autora (2025).

Os elevados índices de contratação observados nos estados mencionados refletem também melhores notas nos indicadores de governança municipal (IGM/CFA) e gestão fiscal (IFGF), reforçando a hipótese de que a credibilidade institucional e a responsabilidade fiscal atuam como sinalizadores positivos para a aprovação do crédito (Rodden, 2006; Arzaghi; Henderson, 2005; Albuquerque et al., 2017).

Por outro lado, estados das regiões Norte e Nordeste, como Acre (AC), Piauí (PI) e Roraima (RR), apresentaram baixos volumes de propostas contratadas, com destaque para uma presença relativamente maior de propostas não contratadas. Esses resultados remetem à literatura sobre heterogeneidade regional e disparidades estruturais, a qual destaca que contextos locais com menor

desenvolvimento socioeconômico, capacidade institucional fragilizada ou desafios técnicos tendem a enfrentar maiores barreiras ao acesso a políticas públicas financiadas por crédito (Rodríguez-Pose; Ezcurra, 2010; Rodden, 2006).

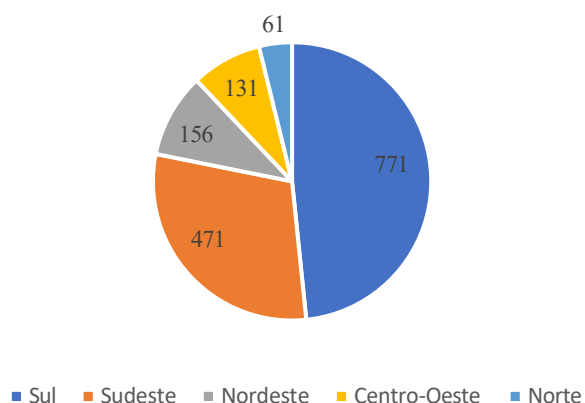
A Tabela 5 complementa essa leitura ao destacar os estados com as maiores e menores taxas de contratação por ano. Em 2019, por exemplo, o estado de Mato Grosso registrou uma taxa de contratação de 92,59%, enquanto a Bahia apresentou apenas 58,62%, uma diferença de 33,97 pontos percentuais. Em 2020, a maior taxa foi de Santa Catarina (81,03%) e a menor de São Paulo (63,64%). No ano seguinte, Goiás atingiu 100% de aprovação das propostas submetidas, ao passo que a Bahia permaneceu entre os estados com desempenho inferior (72,73%). Já em 2022, Santa Catarina voltou a liderar (93,75%), e Goiás passou a ocupar a posição com menor taxa de contratação entre os destaques do ranking (74,07%)

Tabela 5 – Ranking das Maiores e Menores Taxas de Contratação por Estado					
Ano	Estado	Taxa de contratação	Estado2	Taxa de contratação2	Diferença
2019	MT	92,59%	BA	58,62%	33,97%
2020	SC	81,03%	SP	63,64%	17,40%
2021	GO	100,00%	BA	72,73%	27,27%
2022	SC	93,75%	GO	74,07%	19,68%

Fonte: elaborada pela autora (2025).

Ainda sob a perspectiva do alcance e da aderência das propostas, o Gráfico 3 apresenta a distribuição percentual das contratações por região, permitindo visualizar com clareza as disparidades no acesso ao financiamento no período de 2019 a 2022. Observa-se uma concentração significativa de operações nas regiões Sudeste e Sul, em contraste com a reduzida participação da região Norte.

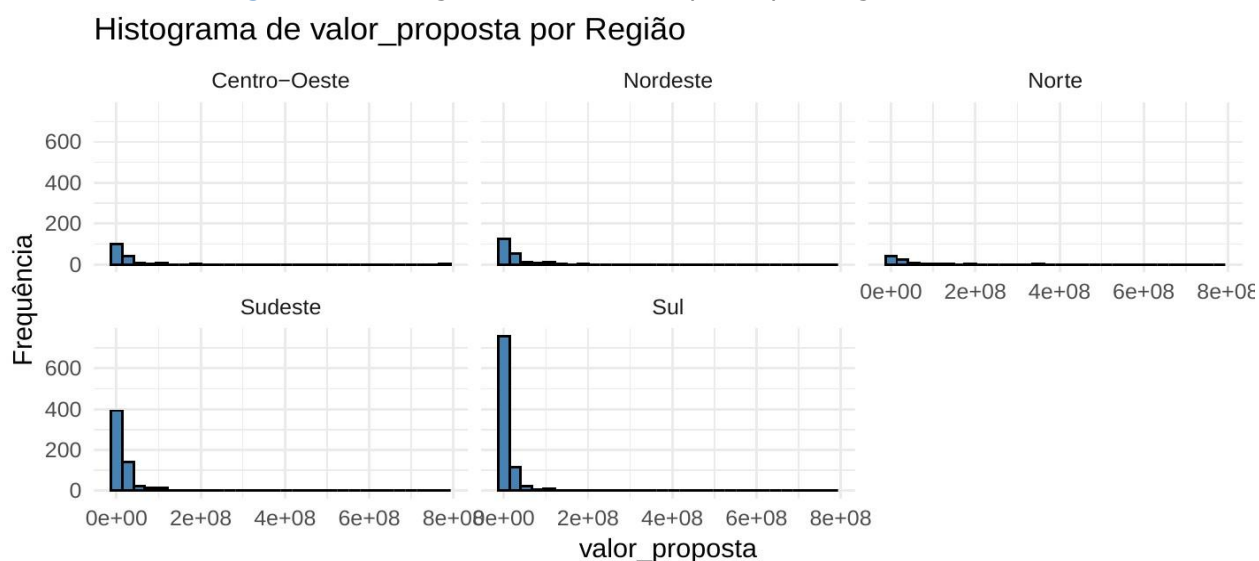
Gráfico 3 – Participação Regional por Número de Contratações



Fonte: elaborada pela autora (2025).

Reforçando o aspecto do gráfico acima, o histograma representado pela Figura 2 apresenta a distribuição do valor das propostas por região, evidenciando maior concentração de operações com valores expressivos nas regiões Sudeste e Sul, que também apresentam os maiores volumes de contratação no período analisado.

Figura 2 – Histograma Valor de Proposta por Região

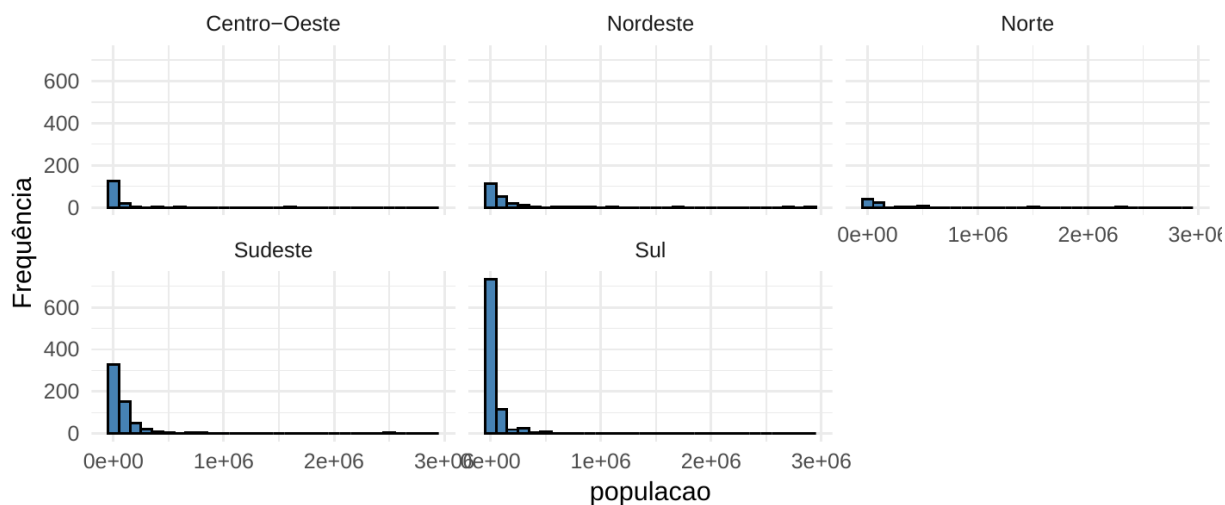


Fonte: elaborada pela autora (2025).

Já a Figura 3, que mostra a distribuição da população por região, revela que essas mesmas regiões concentram os municípios mais populosos, o que reforça a possibilidade de que a demanda por financiamento está relacionada à escala urbana e à complexidade dos investimentos requeridos.

Figura 3 – Histograma de Número de População por Região

Histograma de populacao por Região

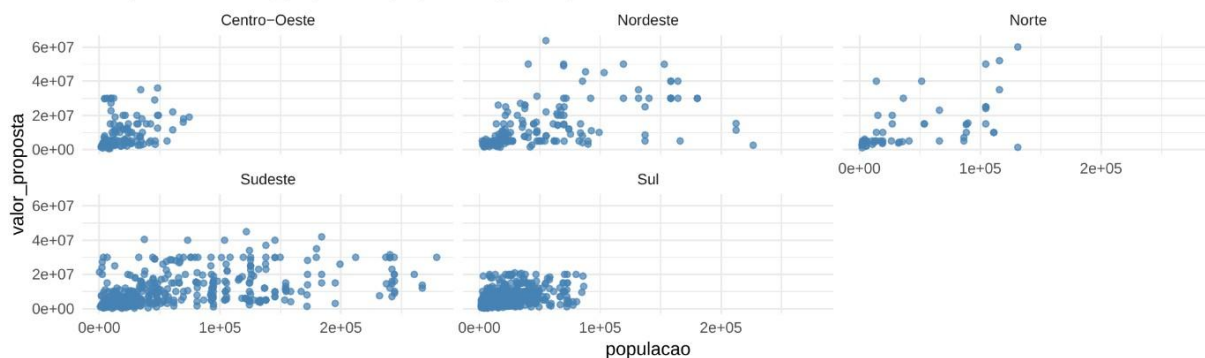


Fonte: elaborada pela autora (2025).

Na Figura 4, observa-se uma correlação positiva entre a variável "população" e o "valor da proposta", com destaque para as regiões Sudeste e Sul, onde municípios com maior número de habitantes tendem a apresentar propostas de maior valor. Tal padrão está em consonância com a literatura sobre financiamento público, que associa a capacidade de alavancar recursos à escala da população e à estrutura administrativa mais consolidada dos municípios de maior porte (Giambiagi et al., 2011).

Figura 4 – Relação entre Valor da Proposta e População

Relação entre valor_proposta e populacao por Região

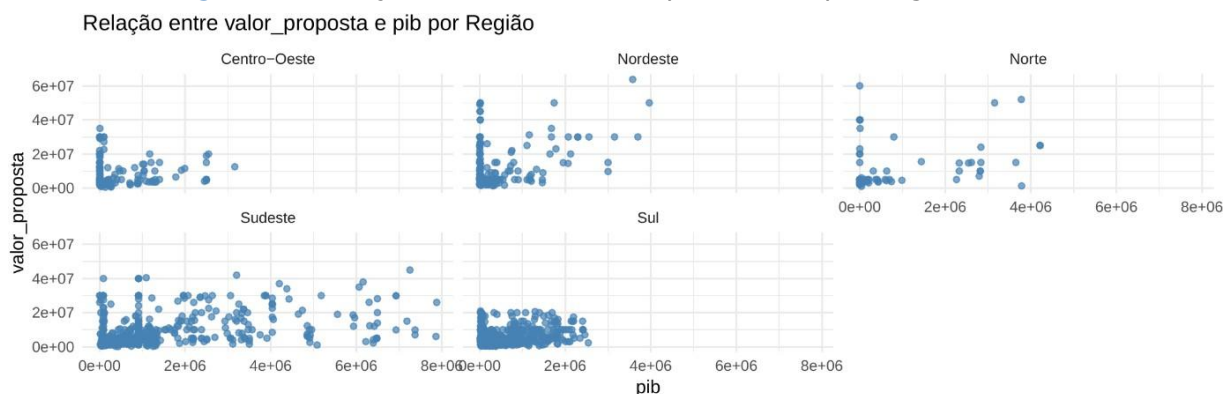


Fonte: elaborada pela autora (2025).

Complementando essa análise, a Figura 5 indica uma associação entre o valor das propostas e o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios. Municípios com maior dinamismo econômico tendem a submeter propostas de maior valor, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. Isso corrobora os achados de Afonso e Fernandes (2005), que

argumentam que a capacidade de endividamento e de execução de investimentos públicos está relacionada ao porte econômico do ente federado.

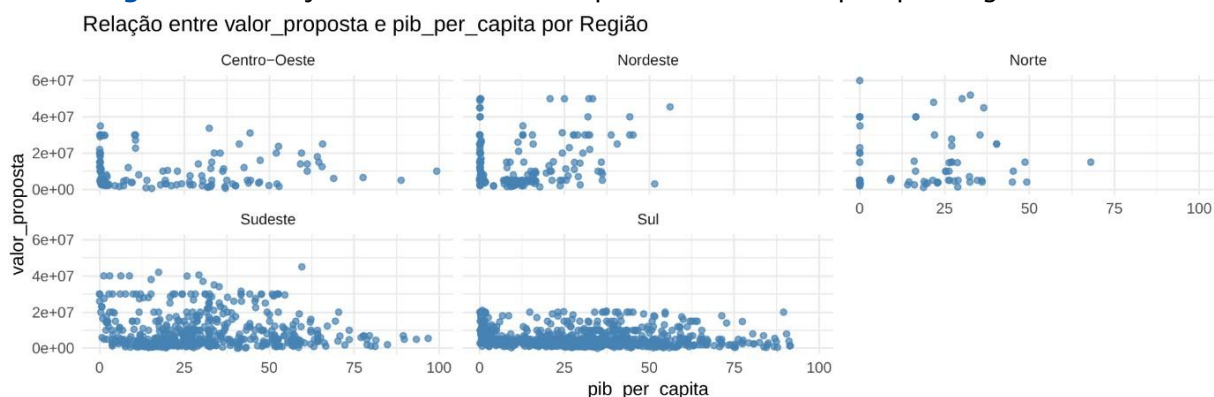
Figura 5 – Relação entre Valor da Proposta e PIB por Região



Fonte: elaborada pela autora (2025).

A Figura 6, por sua vez, trata da relação entre o valor da proposta e o PIB per capita, e evidencia uma dispersão maior dos dados, sugerindo que o PIB per capita, por si só, não é um bom preditor do valor solicitado nas propostas, especialmente em regiões com forte desigualdade interna, como o Nordeste e o Centro-Oeste.

Figura 6 – Relação entre Valor da Proposta e PIB Per Capita por Região

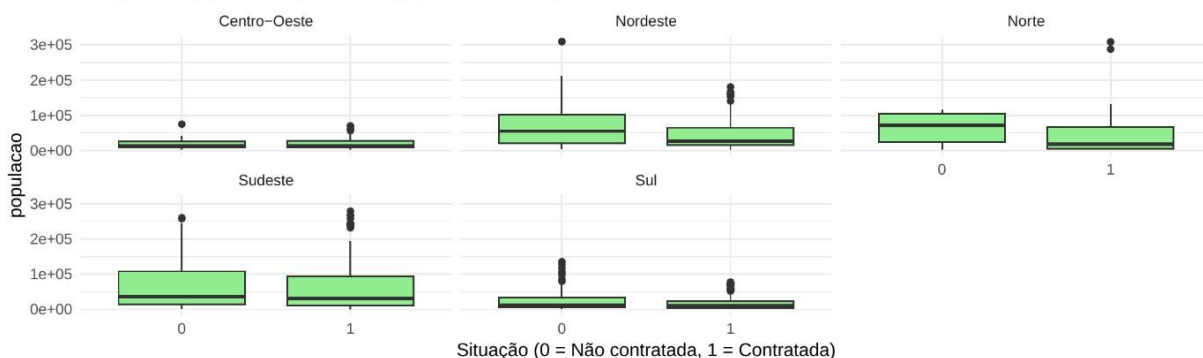


Fonte: elaborada pela autora (2025).

A análise dos boxplots das variáveis por situação da proposta aprofunda essas percepções. A Figura 7 mostra que, em todas as regiões, as propostas contratadas tendem a estar associadas a municípios com maior população.

Figura 7 – Boxplot de População por Dummy Situação e Região

Boxplot de populacao por dummy_situacao e Região

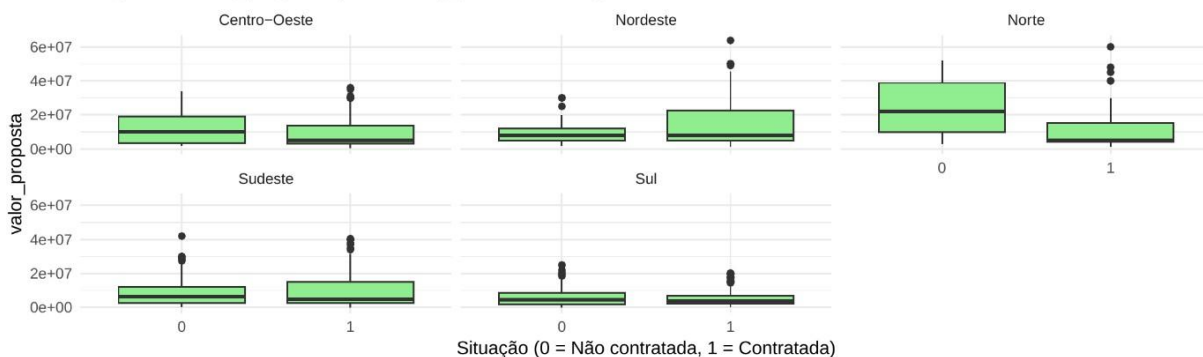


Fonte: elaborada pela autora (2025).

A Figura 8 demonstra que, embora exista sobreposição entre os grupos de propostas contratadas e não contratadas, os valores medianos das propostas aprovadas tendem a ser mais baixos do que os das propostas rejeitadas. Esse resultado reforça a hipótese de que o programa adota uma lógica de pulverização de recursos, priorizando operações de menor valor como forma de ampliar o alcance orçamentário entre os entes subnacionais (Pinheiro, 2023).

Figura 8 – Boxplot de Valor de Proposta por Dummy Situação e Região

Boxplot de valor_proposta por dummy_situacao e Região



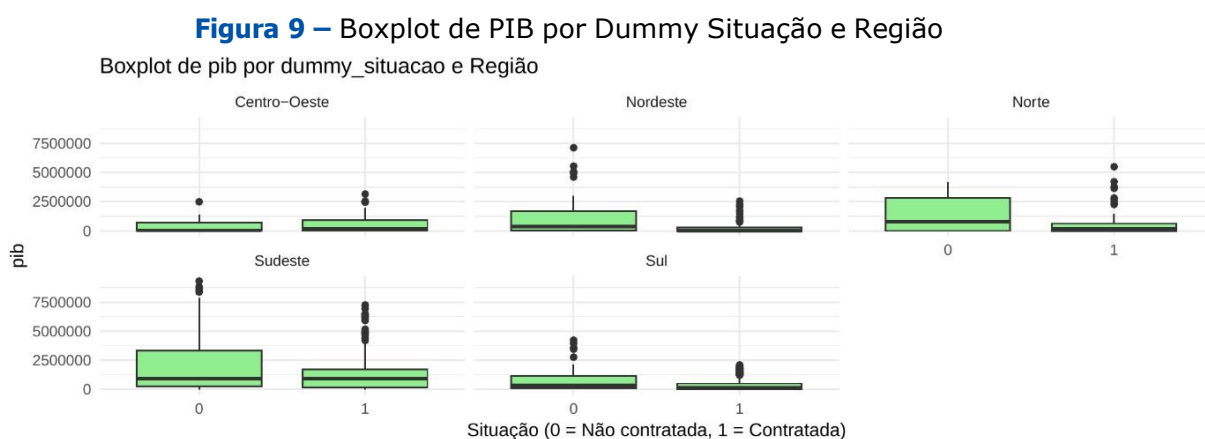
Fonte: elaborada pela autora (2025).

Ainda assim, o impacto do valor da proposta pode ser considerado ambíguo: enquanto valores mais elevados podem indicar maior complexidade e risco de execução, também podem refletir projetos com maior capacidade de promover transformações estruturais no território (Flyvbjerg; Sunstein, 2017).

As Figuras 9 e 10 aprofundam a investigação sobre a influência do perfil econômico dos municípios na aceitação das propostas submetidas ao FINISA, ao evidenciar a distribuição do Produto Interno

Bruto (PIB) e do PIB per capita por situação da proposta (contratada ou não) e por região.

A Figura 9, que representa o PIB total por município, revela padrões heterogêneos entre as regiões. No Nordeste e no Norte, municípios com propostas não contratadas tendem a apresentar medianas de PIB superiores às daquelas contratadas, sugerindo que o porte econômico, isoladamente, não garante o sucesso na contratação da operação. Por outro lado, nas regiões Sudeste e Sul, a distribuição é mais equilibrada, e não se observa uma diferença expressiva entre as medianas, embora haja forte presença de outliers, indicando a concentração de riqueza em alguns poucos municípios com maior capacidade econômica.

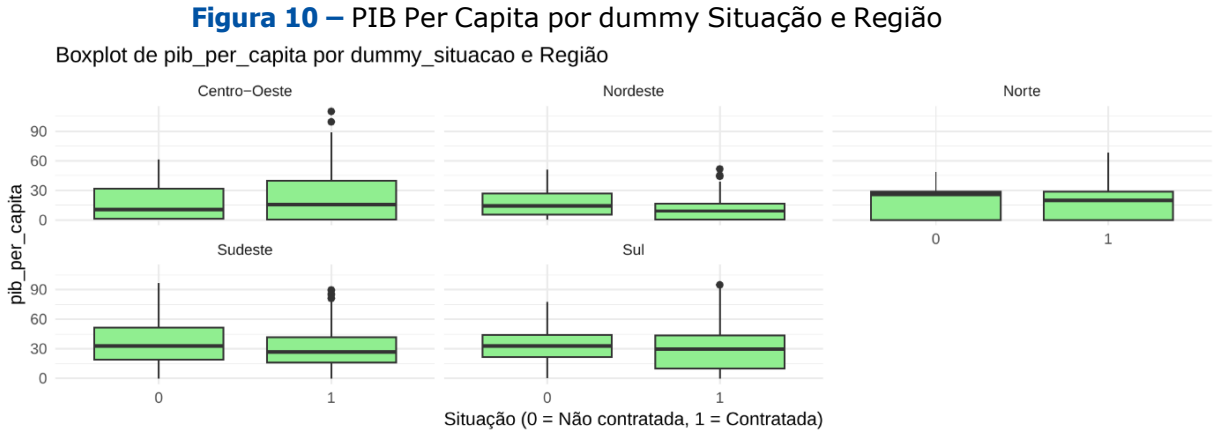


Fonte: elaborada pela autora (2025).

Esse comportamento aparentemente contra intuitivo pode ser explicado por fatores institucionais e técnicos não capturados apenas pela variável econômica bruta. Como argumenta Rezende (2018), o acesso ao financiamento público depende não apenas da situação fiscal ou do dinamismo econômico, mas também da maturidade administrativa, da qualidade dos projetos apresentados e da capacidade de articulação institucional com os órgãos financiadores.

A Figura 10, que representa o PIB per capita, oferece uma perspectiva complementar. A distribuição dessa variável apresenta maior homogeneidade entre os grupos contratados e não contratados, sugerindo que o PIB per capita não exerce influência direta na aceitação das propostas. As medianas, em geral, permanecem próximas, e as diferenças regionais são menos pronunciadas. Isso reforça a ideia de que a decisão de contratação pode estar mais

associada à capacidade de gestão pública e estrutura técnica dos municípios do que ao seu desempenho econômico per capita.



Fonte: elaborada pela autora (2025).

Tais achados dialogam com os resultados de estudos anteriores (Afonso; Fernandes, 2005; Souza, 2006), que ressaltam que os critérios técnicos e institucionais muitas vezes prevalecem sobre indicadores econômicos tradicionais na alocação de financiamentos públicos, sobretudo em programas que exigem capacidade de endividamento e gestão eficiente dos recursos.

A Tabela 6 apresenta a estatística descritiva das variáveis quantitativas utilizadas na pesquisa e revela a expressiva heterogeneidade entre os municípios brasileiros que submeteram propostas ao programa FINISA. Essa diversidade institucional, demográfica e econômica contribui para a robustez analítica do estudo, ao possibilitar a identificação de padrões distintos de associação entre as características dos entes federativos e as chances de aprovação de suas propostas de financiamento.

Tabela 6 – Estatística Descritiva relativa às principais variáveis quantitativas					
Variável	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
população	1.968	90.453,46	243.255,08	179,19	2.900.319,00
valor_proposta	1.968	18.552.651,48	37.271.610,57	0,00	780.000.000,00
IGM	1.968	6,07	0,94	2,83	8,47

IFGF	1.968	0,68	0,16	0,04	1,00
IFDM	1.968	0,62	0,11	0,20	0,85
PIB Per Capita	1.968	2.756.925,87	8.123.525,32	40,46	105.829.675,05

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Destaca-se a variável população, cuja média é de aproximadamente 90.453 habitantes, mas com um desvio padrão elevado (243.255 habitantes), evidenciando forte dispersão. Essa variabilidade é confirmada pelos valores extremos: enquanto o município menos populoso apresenta apenas 179 habitantes, o mais populoso ultrapassa 2,9 milhões de habitantes, indicando a coexistência de pequenas cidades e grandes centros urbanos no universo analisado.

Em relação ao valor das propostas, a média registrada é de cerca de R\$ 18,5 milhões, com desvio padrão superior a R\$ 37 milhões, o que também aponta grande amplitude entre os montantes pleiteados. O valor mínimo de proposta é zero, possivelmente indicando propostas não preenchidas ou canceladas, enquanto o valor máximo chega a R\$ 780 milhões, reforçando o contraste entre municípios com maior ou menor capacidade de planejamento e ambição de investimento.

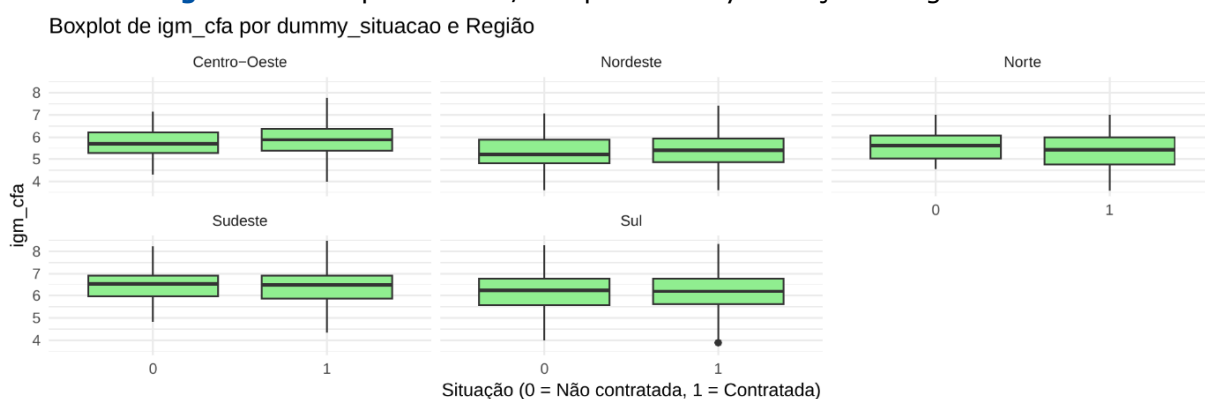
No que tange aos indicadores de governança e gestão fiscal, representados pelo índice CFA (IGM/CFA), observa-se uma média de 6,07 pontos, com variação entre 2,83 e 8,47 pontos, demonstrando que há municípios com níveis bastante distintos de qualidade institucional. Os dois indicadores FIRJAN também revelam discrepâncias: o IFGF (gestão fiscal) apresenta média de 0,68, com valores oscilando entre 0,04 e 1,00, enquanto o IFDM (desenvolvimento socioeconômico) apresenta média de 0,62, variando de 0,20 a 0,85, refletindo desigualdades estruturais no desempenho dos entes subnacionais. O indicador econômico do PIB per capita (IBGE) também apresenta elevada dispersão, com média de aproximadamente R\$ 672 mil, evidenciando discrepâncias marcantes na base econômica dos municípios analisados.

No aprofundamento dos indicadores analisados, a Figura 11 o boxplot do IGM/CFA, segmentado por situação da proposta (contratada ou não) e por região, evidencia que, em quase todas as regiões do país, os municípios com propostas contratadas apresentam valores

medianos mais elevados do índice de governança municipal. Esse indicador avalia a qualidade da gestão pública a partir de dimensões como finanças, administração e desempenho institucional.

A predominância de valores mais altos de IGM/CFA entre os municípios que tiveram propostas aprovadas, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, sugere que a maior capacidade institucional está positivamente associada à probabilidade de contratação. Tal evidência corrobora a literatura que enfatiza o papel central da governança local na efetivação de políticas públicas e no acesso a instrumentos de financiamento (Rodden, 2006; Arzaghi; Henderson, 2005).

Figura 11 – Boxplot de IGM/CFA por Dummy Situação e Região

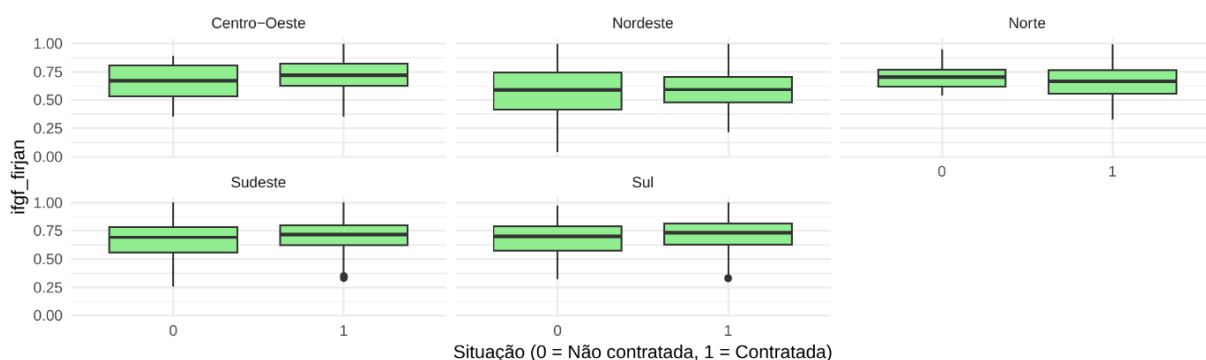


Fonte: elaborado pela autora (2025).

Já a Figura 12, de boxplot do IFGF/FIRJAN por situação da proposta e região mostra que os municípios com propostas contratadas tendem a apresentar índices de gestão fiscal superiores. A diferença é mais acentuada nas regiões Sul e Sudeste. O IFGF avalia autonomia, liquidez, gastos com pessoal e investimentos, sendo um forte indicador da saúde fiscal dos municípios. A associação entre maior IFGF e contratação de propostas reforça os achados teóricos de que o equilíbrio fiscal é um sinal de solvência e reduz o risco percebido pelo financiador (Rodden, 2006; FIRJAN, 2022).

Figura 12 – Boxplot de IFGF/FIRJAN por Dummy Situação e Região

Boxplot de ifgf_firjan por dummy_situacao e Região

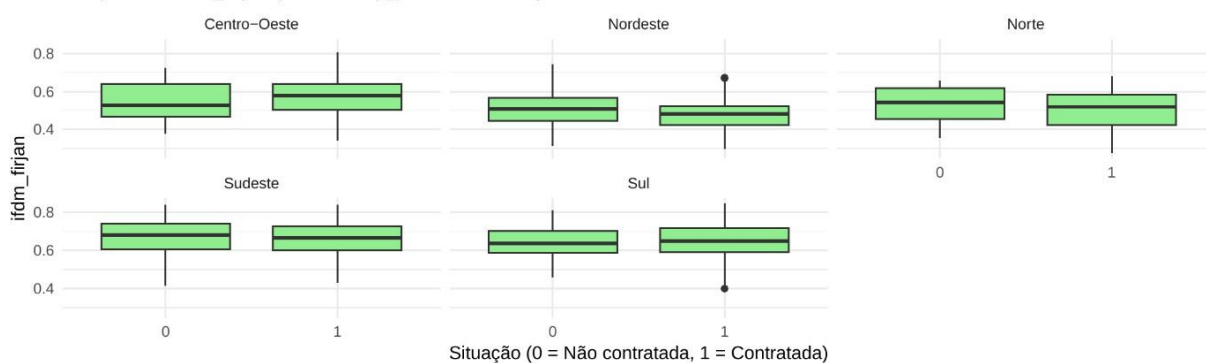


Fonte: elaborado pela autora (2025).

No boxplot do IFDM/FIRJAN (Figura 13), observa-se que os municípios com propostas contratadas possuem valores medianos ligeiramente superiores, embora com menor distinção em comparação ao IGM e IFGF. O IFDM mede desenvolvimento nas áreas de educação, saúde e emprego e renda, servindo como proxy de desenvolvimento socioeconômico (FIRJAN, 2022). A leve diferença entre as medianas indica que, embora relevante, este fator pode não ser decisivo na aprovação das propostas, o que corrobora a literatura sobre a predominância de critérios técnicos e fiscais em detrimento de indicadores puramente sociais (Calderón; Servén, 2010).

Figura 13 – Boxplot de IFDM/FIRJAN por Dummy Situação e Região

Boxplot de ifdm_firjan por dummy_situacao e Região



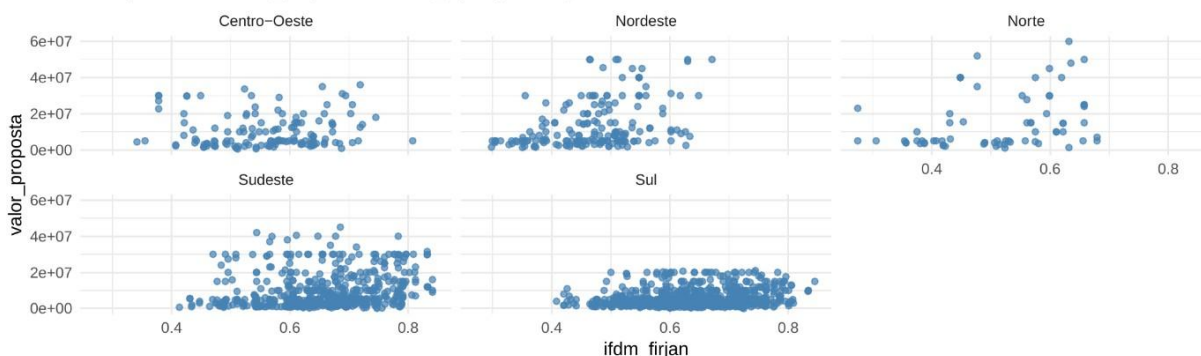
Fonte: elaborado pela autora (2025).

A Figura 14 que demonstra a dispersão entre o valor da proposta e o IFDM por região evidencia que valores mais altos de proposta se concentram em municípios com desenvolvimento intermediário ou alto, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Nas regiões Norte e Nordeste, mesmo os municípios com maior IFDM apresentam valores de proposta mais baixos. Isso pode indicar restrições de natureza institucional ou orçamentária. A assimetria territorial observada

corroborar os estudos de Rodríguez, Pose e Ezcurra (2010), que apontam disparidades regionais como um entrave à equidade na alocação de recursos públicos.

Figura 14 – Relação entre Valor da Proposta e IFDM/FIRJAN por Região

Relação entre valor_proposta e ifdm_firjan por Região

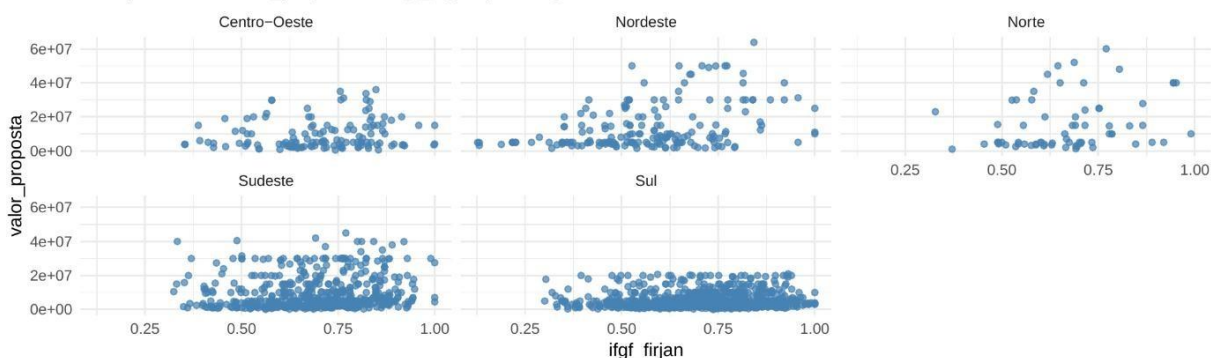


Fonte: elaborado pela autora (2025).

A análise da Figura 15 que demonstra a dispersão entre o valor da proposta e o IFGF mostra que propostas de maior valor estão mais presentes em municípios com melhores índices de gestão fiscal. Isso é especialmente perceptível nas regiões Sul e Sudeste, onde há maior concentração de propostas com valores elevados e bom desempenho fiscal. A correlação positiva entre IFGF e valor pleiteado reforça a tese de que municípios com maior disciplina fiscal tendem a formular projetos mais ambiciosos, possivelmente por disporem de maior capacidade técnica e orçamentária (Massardi; Abrantes, 2016).

Figura 15 – Relação entre Valor Proposta e IFGF/FIRJAN por Região

Relação entre valor_proposta e ifgf_firjan por Região

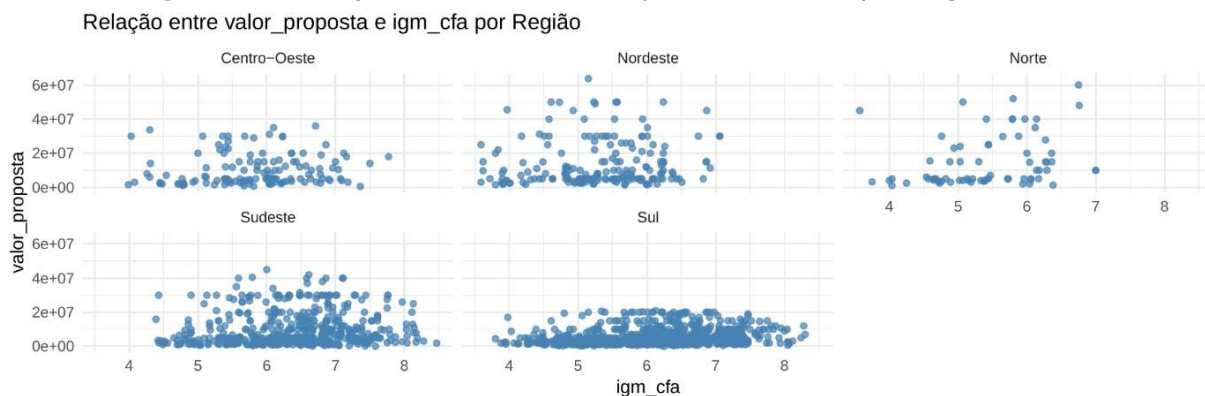


Fonte: elaborado pela autora (2025).

No gráfico de dispersão entre valor da proposta e IGM/CFA por região (Figura 16), nota-se que há maior densidade de propostas de valor mais elevado em municípios com desempenho institucional mais robusto, novamente concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Essa

associação fortalece a hipótese de que a governança local, medida pelo IGM, influencia não apenas a aprovação, mas também a ambição dos projetos apresentados, de acordo com a literatura sobre capacidade estatal e planejamento público (Grin et al., 2018; Peci, 2021).

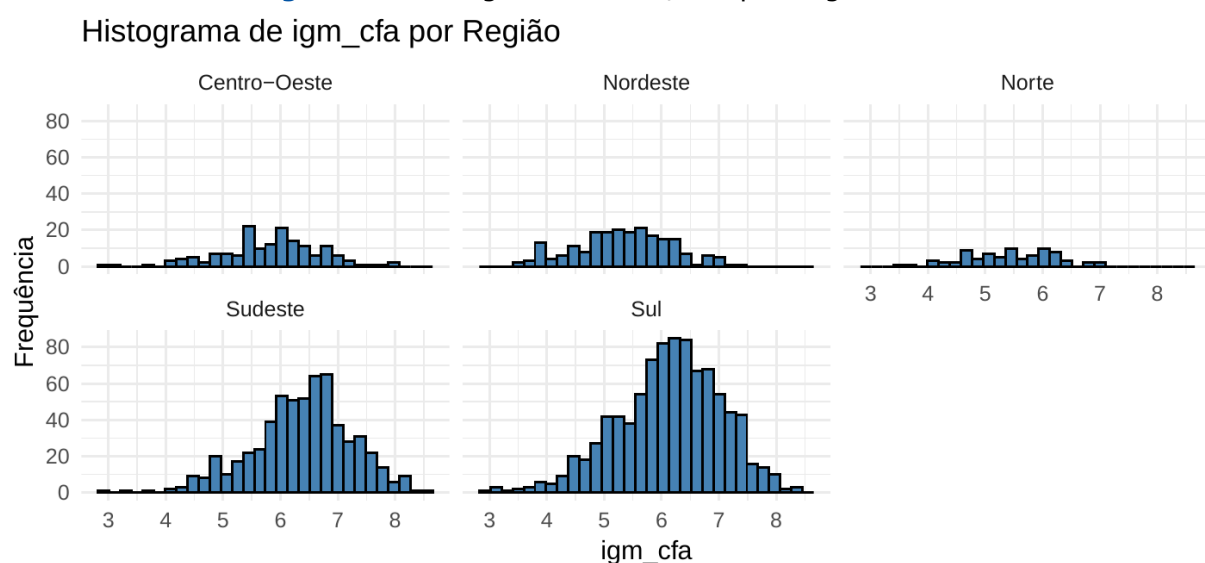
Figura 16 – Relação entre Valor da Proposta e IGM/CFA por Região



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Ainda sobre o IGM/CFA, a Figura 17 demonstra o gráfico de distribuição do referido índice por região e revela disparidades marcantes entre as grandes regiões brasileiras. Enquanto Sul e Sudeste concentram os municípios com os maiores índices de governança, o Norte e o Nordeste apresentam medianas mais baixas. Tal padrão reforça a necessidade de políticas diferenciadas para fortalecer a capacidade institucional dos municípios em regiões historicamente mais vulneráveis (Albuquerque et al., 2017).

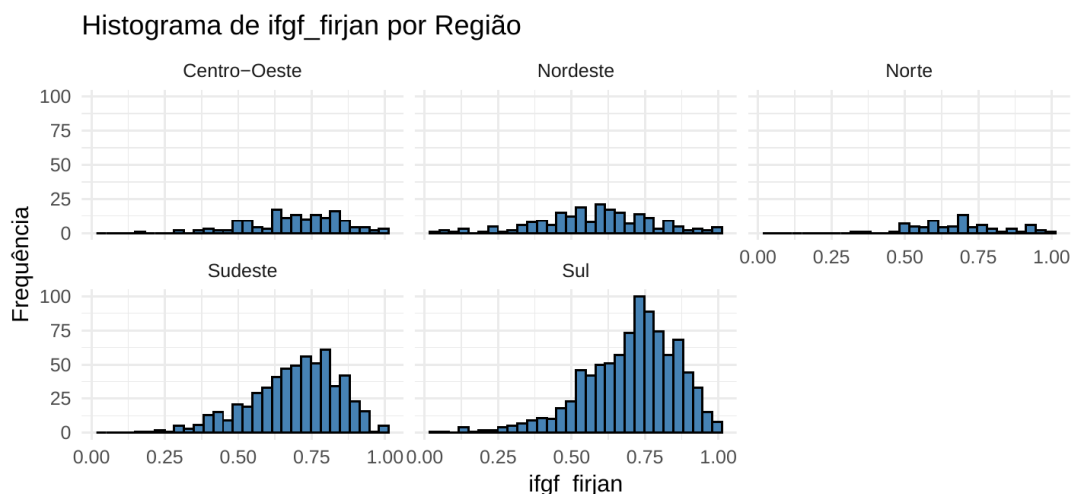
Figura 17 – Histograma de IGM/CFA por Região



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A distribuição do IFGF por região segue tendência semelhante à do IGM, com maior concentração de bons índices nas regiões Sul e Sudeste (Figura 18). A média mais baixa nas regiões Norte e Nordeste reforça o argumento da desigualdade na capacidade de gestão fiscal, sendo um fator que pode limitar a participação de municípios dessas regiões em programas como o FINISA (IPEA, 2010).

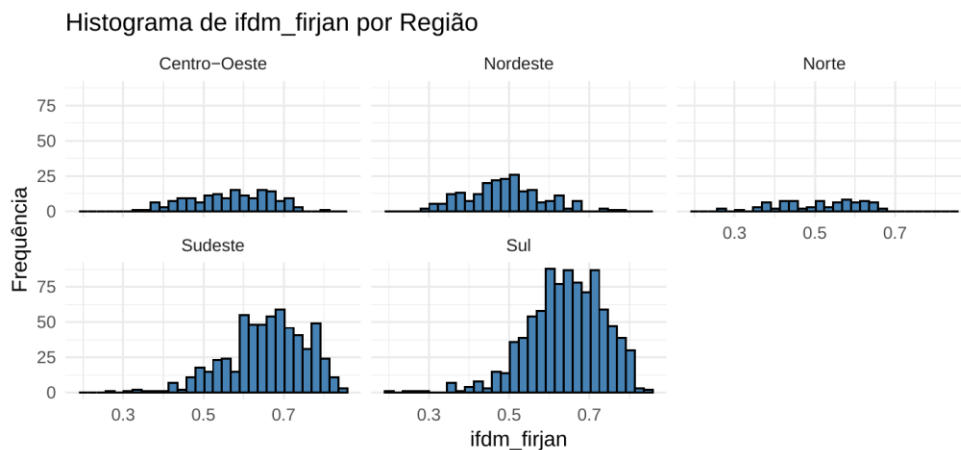
Figura 18 – Histograma de IFGF/ FIRJAN por Região



Fonte: elaborado pela autora (2025).

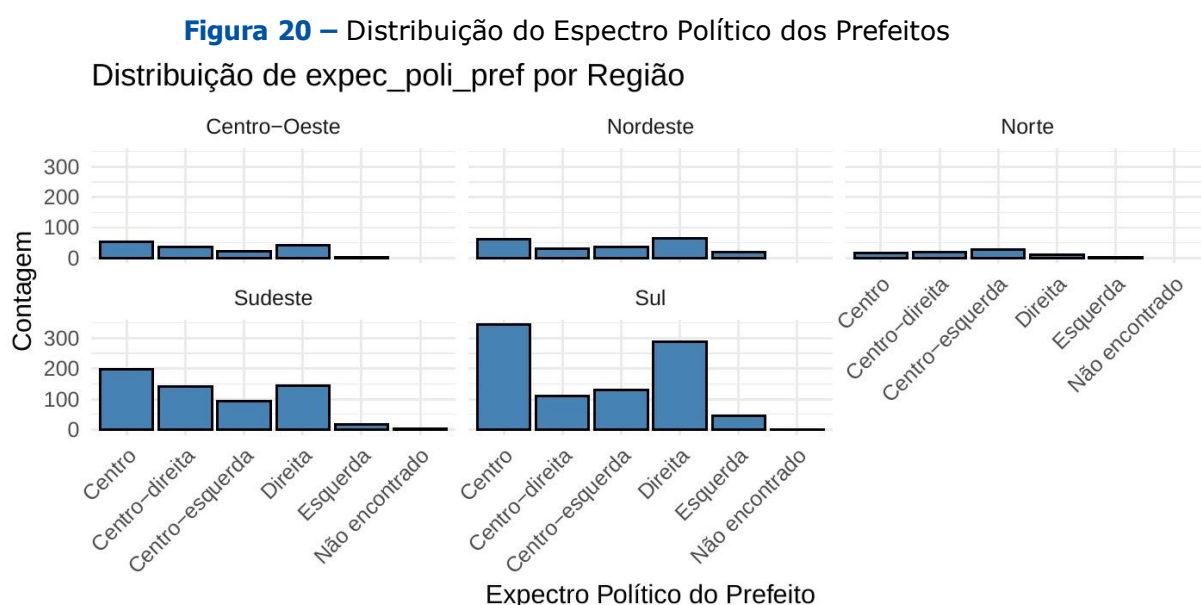
Na Figura 19, o gráfico do IFDM por região mostra que o desenvolvimento municipal é mais alto nas regiões Sul e Sudeste, com menor desempenho observado no Norte e Nordeste. Essa constatação reforça o desafio de promover uma política de financiamento mais equitativa, que considere as assimetrias estruturais e regionais e possibilite maior inclusão de municípios em situação de vulnerabilidade (Easterly; Levine, 1997; Banco Mundial, 2017, 2022).

Figura 19 – Histograma de IFDM/FIRJAN por Região



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A Figura 20, ao representar a distribuição do espectro político dos prefeitos por região, oferece subsídios relevantes para a compreensão do contexto institucional dos municípios proponentes ao programa FINISA. Constata-se que, nas regiões Sul e Sudeste, prevalece a filiação partidária de prefeitos vinculados aos campos ideológicos de centro e direita. No Sul, observa-se uma expressiva concentração na categoria “direita”, em patamar semelhante ao da categoria “centro”. No Sudeste, por sua vez, predominam prefeitos identificados com o espectro de centro, seguidos pelas categorias “direita” e “centro-direita”, o que indica uma prevalência de orientações ideológicas mais próximas ao centro do espectro político-partidário (Bolognesi et al., 2022).



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, observa-se uma distribuição relativamente equilibrada entre os espectros políticos de centro, centro-direita e centro-esquerda, embora com menor volume absoluto de observações em comparação às demais regiões. Os prefeitos associados à esquerda apresentam a segunda menor representatividade no país, com um número inferior à metade dos prefeitos de Centro-Esquerda. Tal cenário pode ser explicado pela configuração político-partidária dos municípios entre 2019 e 2022, período marcado por processos de recomposição partidária e pelas mudanças provocadas pelo ciclo eleitoral municipal de 2020.

Essa composição ideológica regional, além de refletir dinâmicas locais de competição política, dialoga com a literatura sobre

federalismo fiscal e alocação de recursos, que aponta o alinhamento político-ideológico entre governantes locais e o governo central como um possível determinante na distribuição de transferências e na priorização de projetos (Prado, 2006; Keefer; Khemani, 2005; Amorim Neto; Simonassi, 2013).

Adicionalmente, a distribuição observada no gráfico também permite antecipar potenciais influências de ciclos eleitorais, tanto presidenciais quanto municipais, nos processos decisórios, conforme sugerem os modelos clássicos de ciclos políticos desenvolvidos por Nordhaus (1975), Brender; Drazen (2005), os quais justificam a inclusão de variáveis de controle associadas aos anos eleitorais na modelagem estatística adotada neste estudo.

3.2 MODELAGEM ESTATÍSTICA APLICADA E DISCUSSÃO DOS ACHADOS

A Tabela 7 apresenta os resultados dos modelos Logit e Probit aplicados para estimar a probabilidade de aceitação das propostas submetidas ao programa FINISA no período de 2019 a 2022. A análise dos coeficientes estimados permite identificar os fatores que influenciam, de maneira estatisticamente significativa, a aprovação das propostas, e possibilita contrastar os achados dos modelos com os padrões observados previamente na análise exploratória.

Tabela 7 – Resultados dos modelos Logit e Probit para a probabilidade de aceitação de propostas FINISA		
	Dependent variable:	
	dummy_situacao	
	logistic	probit
	(1)	(2)
valor_proposta	-0.000	-0.000
	(0.000)	(0.000)
igm_cfa	-0.056	-0.035
	(0.074)	(0.042)

ifgf_firjan	1.229***	0.695***
	(0.417)	(0.237)
ifdm_firjan	-0.696	-0.342
	(0.752)	(0.424)
PIB_per_capita	0.001	0.0003
	(0.002)	(0.001)
ano_eleitoral_presi	0.504***	0.277***
	(0.170)	(0.091)
ano_eleitoral_mun	-0.725***	-0.423***
	(0.145)	(0.086)
expec_poli_pref_direita	-12.739	-3.734
	(440.720)	(73.333)
expec_poli_pref_centro_di reita	-12.899	-3.816
	(440.720)	(73.333)
expec_poli_pref_centro	-12.619	-3.670
	(440.719)	(73.333)
expec_poli_pref_centro_es querda	-13.069	-3.921
	(440.720)	(73.333)
expec_poli_pref_esquerda	-12.815	-3.762
	(440.720)	(73.333)
regiao_sul	0.495	0.290
	(0.312)	(0.180)
regiao_sudeste	0.331	0.199
	(0.320)	(0.185)
regiao_co	0.280	0.164
	(0.360)	(0.206)
regiao_nordeste	-0.161	-0.090
	(0.325)	(0.190)
Constant	13.950	4.453

	(440.720)	(73.334)
Observations	1,921	1,921
Log Likelihood	-876.540	-876.499
Akaike Inf. Crit.	1,787.080	1,786.997

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Nota 1: os códigos de significância são * $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$.

Entre os resultados mais relevantes, destaca-se o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), que apresentou associação positiva e estatisticamente significativa com a variável dependente nos dois modelos (coeficientes de 1,229 no modelo Logit e 0,695 no Probit, ambos com $p < 0,01$). Esse achado confirma H1, segundo a qual municípios com melhor desempenho fiscal apresentam maior probabilidade de aprovação de propostas. Tal resultado está em consonância com a literatura que reconhece a responsabilidade fiscal como sinalizador de solvência e capacidade de execução (Rodden, 2006; Arzaghi; Henderson, 2005; Albuquerque et al., 2017). Também valida os padrões identificados na análise exploratória, que mostraram maior frequência de propostas aprovadas entre os municípios com melhores indicadores fiscais.

Contudo, o Índice de Governança Municipal (IGM/CFA), também previsto na H1 como variável explicativa, não apresentou significância estatística, sugerindo que esse indicador isoladamente não se mostra determinante no processo decisório de aprovação.

As variáveis relacionadas ao calendário eleitoral demonstraram significância estatística em ambos os modelos, refletindo a influência dos ciclos políticos orçamentários (Nordhaus, 1975; Hibbs, 1977; Brender; Drazen, 2005). Em anos de eleição presidencial, observou-se aumento na probabilidade de aprovação (coeficientes de 0,504 no Logit e 0,277 no Probit, com $p < 0,01$), o que pode indicar maior propensão institucional à liberação de recursos em momentos de maior visibilidade política. Já em anos de eleição municipal, houve redução nessa probabilidade (coeficientes de -0,725 e -0,423, com $p < 0,01$), possivelmente associada a uma postura mais cautelosa ou à priorização de estabilidade fiscal em contextos de alternância de poder local. Esses achados corroboram H3 quanto à influência do calendário político no comportamento institucional do programa, embora não sustentem a parte da hipótese que trata do alinhamento político-ideológico.

A hipótese H2, que pressupunha associação positiva entre indicadores socioeconômicos (PIB per capita e IFDM/FIRJAN) e aprovação das propostas, não foi confirmada. Ambos os indicadores apresentaram coeficientes não significativos, tanto no Logit quanto no Probit. A análise exploratória já havia sinalizado a inexistência de diferenças marcantes entre os grupos de propostas aprovadas e reprovadas em relação a essas variáveis, indicando uma possível homogeneidade entre os municípios proponentes. Essa ausência de variação substancial pode explicar a limitação de tais variáveis como preditoras do sucesso das propostas (Easterly; Levine, 1997; Calderón; Servén, 2010; Banco Mundial, 2017).

No que se refere à H3, os resultados demonstraram ausência de significância estatística para todas as categorias de espectro político dos prefeitos (direita, centro-direita, centro, centro-esquerda e esquerda), o que aponta para uma relativa neutralidade ideológica no processo decisório do programa. Esse achado é especialmente relevante frente à literatura que historicamente denuncia práticas de clientelismo e alocação distributiva com base no alinhamento partidário (Keefer; Khemani, 2005; Golden; Min, 2013; Amorim Neto; Simonassi, 2013; Pereira; Mueller, 2002; Prado, 2006).

Da mesma forma, as variáveis regionais agregadas (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste) não apresentaram significância estatística, o que invalida parcialmente H4, que considerava a persistência de desigualdades regionais não explicadas pelas variáveis institucionais. Embora esse resultado sugira uma tentativa de neutralidade territorial por parte do programa, a análise posterior, realizada com a Tabela 2, traz novos elementos a esse debate.

A Tabela 8 incorpora variáveis dummy para estados selecionados, com o objetivo de aprofundar a avaliação da H4. Os resultados mantiveram a significância do IFGF como principal determinante positivo da aprovação (coeficiente de 1,138 no Logit e 0,646 no Probit, com $p < 0,01$), reiterando a relevância da responsabilidade fiscal como critério implícito de elegibilidade.

**Tabela 8 – Resultados dos modelos Logit e Probit com dummies Estaduais:
Influência regional na aprovação das propostas**

	Dependent variable:	
	dummy_situacao	
	logistic	probit
	(1)	(2)
valor_proposta	-0.000	-0.000
	(0.000)	(0.000)
igm_cfa	-0.057	-0.037
	(0.075)	(0.042)
ifgf_firjan	1.138***	0.646***
	(0.422)	(0.240)
ifdm_firjan	-0.553	-0.221
	(0.783)	(0.441)
PIB_per_capita	0.001	0.001
	(0.002)	(0.001)
ano_eleitoral_presi	0.528***	0.291***
	(0.170)	(0.092)
ano_eleitoral_mun	-0.718***	-0.420***
	(0.147)	(0.086)
expec_poli_pref_direita	-12.834	-3.789
	(440.175)	(73.064)
expec_poli_pref_centro_direita	-13.035	-3.895
	(440.175)	(73.064)
expec_poli_pref_centro	-12.739	-3.740
	(440.175)	(73.064)
expec_poli_pref_centro_esquerda	-13.213	-4.001

	(440.175)	(73.064)
expec_poli_pref_esquerda	-12.929	-3.833
	(440.175)	(73.064)
estado_ba	-0.636**	-0.367**
	(0.262)	(0.154)
estado_ce	-0.424	-0.242
	(0.451)	(0.270)
estado_mg	0.595**	0.341**
	(0.265)	(0.145)
estado_pr	0.131	0.078
	(0.227)	(0.128)
estado_rs	0.357*	0.201*
	(0.215)	(0.120)
estado_sc	0.407	0.222
	(0.261)	(0.145)
estado_sp	-0.024	-0.020
	(0.228)	(0.130)
Constant	14.222	4.599
	(440.175)	(73.064)
Observations	1,921	1,921
Log Likelihood	-869.983	-869.838
Akaike Inf. Crit.	1,779.965	1,779.676

Fonte: elaborado pela Autora (2025)

Nota 1: os códigos de significância são * $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$.

Nota 2: Os valores do Critério de Informação de Akaike (AIC) indicam que o modelo Probit apresentou leve superioridade em relação ao modelo Logit. Contudo, a diferença entre os AICs foi muito pequena, sugerindo que ambos os modelos apresentam desempenho similar na explicação da variável dependente.

A influência do calendário eleitoral permaneceu significativa e com os mesmos sinais observados na Tabela 1: maior probabilidade de aprovação em anos de eleição presidencial e menor em anos de eleição municipal, reforçando a validade da H3 no que tange ao efeito do ciclo eleitoral.

As variáveis relacionadas à governança (IGM/CFA) e desenvolvimento (IFDM/FIRJAN e PIB per capita) permaneceram estatisticamente irrelevantes, reiterando a não confirmação da H2. Também se confirmou a neutralidade ideológica do programa, pois os espectros políticos dos prefeitos continuaram não significativos.

No entanto, o modelo com dummies estaduais revelou disparidades relevantes: a Bahia apresentou coeficiente negativo significativo ($p < 0,05$), enquanto Minas Gerais e, em menor grau, o Rio Grande do Sul apresentaram coeficientes positivos e significativos. Esses achados reforçam a hipótese H4, ao indicar que, mesmo após controle por indicadores institucionais, variáveis territoriais ainda exercem influência sobre a aprovação das propostas. Isso dialoga com a literatura sobre federalismo fiscal e desigualdades regionais (Rodríguez-Pose; Ezcurra, 2010; Rodden, 2006).

A leitura conjunta dos modelos permite concluir que a gestão fiscal (H1 parcialmente confirmada) e o calendário eleitoral (H3 parcialmente confirmado) são os principais determinantes da aprovação das propostas no âmbito do FINISA. H2, relacionada ao desenvolvimento socioeconômico, não foi confirmada. H3, em sua vertente sobre alinhamento político-partidário, também não foi validada. H4 encontra respaldo parcial, com a detecção de efeitos residuais estaduais que não são explicados por outras variáveis do modelo.

Assim, o achado mais expressivo diz respeito à gestão fiscal, medida pelo Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). O fato de essa variável apresentar forte associação positiva com a aceitação das propostas evidencia que os municípios com maior capacidade de controle orçamentário e equilíbrio fiscal são privilegiados no processo de seleção. Tal constatação encontra respaldo em estudos como o de Massardi e Abrantes (2016), que demonstram a correlação positiva entre esforço fiscal e desenvolvimento socioeconômico. Os autores destacam que municípios com maior capacidade de arrecadação própria e disciplina orçamentária tendem a apresentar melhores indicadores de desenvolvimento, o que os torna mais aptos a acessar recursos e programas federais.

Esse padrão revela uma racionalidade técnica relevante, mas também suscita um alerta: embora o programa se proponha a induzir o desenvolvimento urbano e regional, os municípios com maior

estrutura institucional e capacidade prévia de gestão são justamente os mais beneficiados. Assim, aqueles em maior vulnerabilidade que, em tese, mais necessitariam de apoio financeiro para superar déficits históricos de infraestrutura acabam ficando à margem. Tal distorção reforça a importância de se considerar, de forma estruturada e explícita, critérios técnicos objetivos como parte do processo de análise das propostas, não apenas como elementos implícitos ou circunstanciais.

Nesse sentido, a presente pesquisa contribui de maneira prática ao sugerir a formalização do uso de indicadores como o IFGF, o Índice de Governança Municipal (IGM/CFA) e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) como critérios de elegibilidade e ranqueamento no âmbito do FINISA. A literatura sobre federalismo fiscal e políticas públicas baseadas em evidências recomenda a adoção de métricas objetivas para qualificar decisões de alocação de recursos, aumentar a transparência institucional e mitigar riscos de seleção adversa (Rodden, 2006; Arzaghi; Henderson, 2005). Além disso, organismos multilaterais como o Banco Mundial (Banco Mundial, 2017, 2007) advogam o uso de condicionalidades técnicas em programas de financiamento para fortalecer a governança local e garantir maior efetividade dos investimentos.

Outro ponto que merece reflexão é a influência do calendário eleitoral. Os dados revelam que, em anos de eleição presidencial, há um aumento nas aprovações, enquanto em anos de eleição municipal esse número diminui. Embora o alinhamento ideológico entre prefeitos e o governo federal não apresente significância estatística, esse comportamento sugere que o contexto político-eleitoral interfere no ritmo das aprovações, ainda que de forma indireta. Essa dinâmica está em consonância com a literatura sobre ciclos políticos orçamentários, que identifica a tendência de expansão de gastos e maior concessão de benefícios públicos em períodos eleitorais como estratégia de visibilidade institucional (Nordhaus, 1975; Rogoff, 1990; Brender; Drazen, 2005).

A ausência de significância estatística para variáveis como PIB per capita, IFDM e IGM/CFA também é reveladora. Embora amplamente utilizadas na literatura como proxies de desenvolvimento local e capacidade institucional (Easterly; Levine, 1997; Calderón; Servén, 2010), esses indicadores não se mostraram decisivos no modelo, o que pode indicar uma homogeneidade entre os municípios proponentes ou, ainda, a ausência de sua consideração explícita como critério de

avaliação. Tal resultado reforça a necessidade de que esses indicadores passem a compor, de forma clara e transparente, os critérios de análise técnica das propostas, permitindo que a seleção reflita tanto a viabilidade quanto a relevância socioeconômica dos projetos apresentados.

A variável "valor da proposta", por sua vez, apresentou uma relação inversa com a probabilidade de aprovação, indicando uma política de pulverização dos recursos. Essa estratégia pode ampliar a cobertura territorial do programa, atendendo a um maior número de municípios, mas também pode reduzir o potencial transformador dos investimentos, à medida que propostas de maior porte (geralmente mais estruturantes) enfrentam maior barreira de entrada. Tal resultado remete à literatura sobre escala e risco em projetos públicos (Flyvbjerg; Sunstein, 2017), que discute os desafios de equilibrar capilaridade e impacto nas decisões de investimento.

Um dos achados mais relevantes é a constatação de que o espectro político-partidário dos prefeitos não influencia diretamente a aprovação das propostas. Este dado é especialmente significativo no contexto brasileiro, historicamente marcado pelo clientelismo e pela distribuição política de recursos públicos (Pereira; Mueller, 2002; Golden; Min, 2013). A ausência de viés partidário na análise técnica confere legitimidade ao programa FINISA, reforçando sua imagem institucional como uma política pública orientada por critérios técnicos.

Em síntese, a contribuição central deste estudo está em evidenciar, com base empírica, os fatores que efetivamente influenciam o acesso ao programa FINISA. Ao apontar a importância da boa gestão fiscal e a influência do calendário político, bem como ao sugerir a institucionalização de critérios objetivos de avaliação técnica, esta pesquisa contribui para o aprimoramento de uma política pública estratégica para o desenvolvimento local e regional. Trata-se, portanto, de um esforço de aproximação entre teoria, evidência empírica e prática institucional, com vistas à construção de um modelo de financiamento mais justo, eficiente e orientado ao impacto real na qualidade de vida da população brasileira.



CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender os fatores que influenciam a aprovação de propostas de financiamento no âmbito do programa FINISA, no período de 2019 a 2022. Por meio de uma abordagem quantitativa, utilizando os modelos estatísticos Logit e Probit, foram analisadas variáveis relacionadas à governança municipal, desenvolvimento socioeconômico, responsabilidade fiscal, características das propostas e o contexto político-eleitoral. Os resultados demonstraram que a decisão de aprovação das propostas envolve uma interação complexa entre critérios técnicos e fatores contextuais, com destaque para a gestão fiscal e a dinâmica dos ciclos eleitorais.

Entre os achados mais relevantes, observou-se que municípios com melhor desempenho no Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) apresentaram maior probabilidade de ter suas propostas aprovadas, o que evidencia a importância da responsabilidade fiscal como sinal positivo de capacidade de execução. Ademais, constatou-se que propostas de menor valor tendem a ser mais aceitas, sugerindo uma estratégia de pulverização dos recursos por parte da instituição operadora, favorecendo municípios de menor porte. A análise também revelou que anos de eleição presidencial estão associados a um aumento nas taxas de aprovação, enquanto anos de eleição municipal tendem a apresentar o efeito contrário. Esse comportamento indica que, embora o processo preserve certo grau de imparcialidade (como evidenciado pela ausência de significância estatística para o alinhamento partidário entre prefeito e presidente), há sensibilidade institucional às variações do ciclo político.

As principais contribuições deste estudo consistem em evidenciar, de forma empírica e inédita, a influência combinada de fatores fiscais, socioeconômicos e político-eleitorais sobre a distribuição dos recursos do FINISA, ampliando a compreensão sobre os critérios efetivos que orientam o acesso ao financiamento público subnacional. Ao integrar diferentes dimensões analíticas e propor um modelo robusto de avaliação, o trabalho oferece subsídios tanto para o aprimoramento técnico do programa quanto para o desenho de políticas públicas mais equitativas. Além disso, propõe sugestões

concretas de aprimoramento do FINISA, como o fortalecimento dos critérios técnicos, o apoio institucional a municípios com baixa capacidade administrativa, a diversificação temática das linhas de financiamento e a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados.

Entretanto, como toda pesquisa empírica, este estudo possui limitações. A principal diz respeito à indisponibilidade de algumas variáveis institucionais e operacionais que poderiam qualificar ainda mais a análise, como indicadores de inadimplência anterior, qualidade técnica dos projetos apresentados ou nível de assessoria recebida pelos municípios. Também não foi possível incorporar medidas diretas de capacidade técnica local, o que pode ter limitado a compreensão completa dos fatores que afetam a aprovação das propostas. Ademais, a análise concentrou-se em um período delimitado (2019–2022), o que pode capturar especificidades conjunturais (como a pandemia da COVID-19) que não se repetem em outras fases do programa.

Para pesquisas futuras, recomenda-se o aprofundamento da análise longitudinal do programa FINISA, com a incorporação de dados sobre execução física e financeira dos projetos contratados, avaliação de impacto dos investimentos realizados e inclusão de novas variáveis institucionais e operacionais. Estudos qualitativos também poderiam complementar esta abordagem, por meio de entrevistas com gestores locais e técnicos da instituição operadora, permitindo captar elementos subjetivos e contextuais que escapam à análise estatística. Outra possibilidade seria a comparação do FINISA com outras modalidades de financiamento público no Brasil ou com experiências internacionais semelhantes, ampliando o debate sobre o papel do crédito público no desenvolvimento territorial.

Em síntese, os resultados obtidos reforçam que o acesso ao FINISA depende de uma combinação entre competência técnica, disciplina fiscal e sensibilidade ao ambiente político. O aperfeiçoamento do programa passa por tornar mais claros e objetivos os critérios de seleção, oferecer suporte diferenciado a municípios em situação de vulnerabilidade institucional e garantir que os investimentos realizados tenham efetivo impacto na qualidade de vida da população. Trata-se, assim, de fortalecer não apenas um instrumento financeiro, mas uma política pública orientada para a equidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento integrado do país.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R.; FERNANDES, E. R. Capacidade de investimento e endividamento dos governos locais. *Revista do Serviço Público*, v. 56, n. 1, p. 41-68, 2005. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2074/1/38-31-PB.pdf&ved=2ahUKEwic85KBocyPAXWPrZUCHZQxBRAQFnoECBUQAQ&usg=AOvVaw2vW9ESBhYxMY1RYJotbPtX>. Acesso em: 02 fev. 2025.

AKERLOF, G. A. The market for 'lemons': quality uncertainty and the market mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 84, n. 3, p. 488-500, ago. 1970. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.sfu.ca/~wainwrig/Econ400/akerlof.pdf&ved=2ahUKEwisy9yQocyPAxV_rJUCHcyCBOAQFnoECBgQAQ&usg=AOvVaw3L1Bk849bLB7UuIc2Pkjhq. Acesso em: 16 mar. 2024.

ALBUQUERQUE, A. J. L. de et al. Índice de governança municipal. In: CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA – CONSAD, 10., 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: CONSAD, 2017. Disponível em: http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-13_01.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

ALDRIGHI, D. M. Uma avaliação das contribuições de Stiglitz à teoria dos mercados financeiros. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 1, p. 137-157, mar. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000100008>. Acesso em: 4 ago. 2024.

ALMEIDA, M. O que limita o investimento público no Brasil? In: PINHEIRO, A. C.; FRISCHTAK, C. R. (org.). *Gargalos e soluções na infraestrutura de transportes*. Rio de Janeiro: FGV, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/31730/30521>. Acesso em: 5 mai. 2023.

AMORIM NETO, O.; SIMONASSI, A. G. Bases políticas das transferências intergovernamentais no Brasil (1985-2004). *Revista de Economia Política*, v. 33, n. 4 (133), p. 704-725, out./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572013000400010>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ARAÚJO, V. L. de; CINTRA, M. A. M. O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1604). Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/21b393d8-8505-46a3-b126-1984e9adf065/download&ved=2ahUKEwiSk7iM78uPAxX7q5UCHX_8LZ0QFnoECBgQAQ&usg=AOvVaw2Gc-8ZHy-RpfnwYBsEUhp1 . Acesso em: 12 nov. 2024.

ARZAGHI, M.; HENDERSON, J. V. Networking off Madison Avenue. Review of Economic Studies, 2005. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://matthewturner.org/ec2410/readings/Arzaghi_Henderson_RES_2008.pdf&ved=2ahUKEwiP3PGm78uPAxVApZUCHeREKmQQFnoECBsQAQ&usg=AOvVaw2NofFEcUSX5bUKv1r1IcPc. Acesso em: 24 out. 2024.

BANCO MUNDIAL. De volta ao planejamento: como preencher a lacuna de infraestrutura no Brasil em tempos de austeridade. [S.l.], 2017. (Relatório n.º 117392-BR). Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/237341502458978189/de-volta-ao-planejamento-como-preencher-a-lacuna-de-infraestrutura-no-brasil-em-tempos-de-austeridade&ved=2ahUKEwjqsray78uPAxV7qZUCHe_AHTsQFnoECBgQAQ&usg=AOvVaw2usQ75SrLWOfHwJuYqgndY. Acesso em: 10 dez. 2023.

BANCO MUNDIAL. Diagnóstico sistemático de país para o Brasil: atualização. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial, 2022. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/099007509182313269>. Acesso em: 4 ago. 2024.

BARAT, J. Logística, transporte e desenvolvimento econômico. São Paulo: CLA Editora, 2007. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://biblioteca.itl.org.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl%3Fbiblionumber%3D857&ved=2ahUKEwioh_XKocyPAXXOG7kGHfezLtsQFnoECBsQAQ&usg=AOvVaw1z5cJG_4v6xOBHdCEr2U7X. Acesso em: 01 fev. 2025.

BIJOS, D. Federalismo, instituição política e relações intergovernamentais: um estudo sobre os elementos determinantes das transferências voluntárias da União para municípios do estado de Minas Gerais. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) –

Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/13434>. Acesso em: 4 ago. 2024.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução nº 4.149, de 27 de setembro de 2012. Dispõe sobre as condições para realização de operações de crédito com recursos próprios pelas instituições financeiras públicas federais com entes públicos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 set. 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=RESOLU%C3%87%C3%83O&numero=4149>. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf&ved=2ahUKEwikrOmZosyPAxWgDrkGHc_-M2cQFnoECAoQAQ&usg=AOvVaw2pBzPHJPVvYjWafSPL6Nsz. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm&ved=2ahUKEwjtgJKxosyPAxV2B7kGHcx_MeQQFnoECBoQAQ&usg=AOvVaw23SkW_Lla160q7MXnsX1h6.

Acesso em: 19 ago. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Senado, 2000. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc29.htm&ved=2ahUKEwipsKPN08yPAxUWp5UCHb16Hf4QFnoECBoQAQ&usg=AOvVaw3qbrdh6Z9nTCU1okuSViLS. Acesso em 22 out. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm&ved=2ahUKewjXxLffo8yPAxUIIJUCHXF1MjYQFnoECBsQAQ&usg=AOvVaw3C4td3gPeTIiHMIeERUL9W. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm&ved=2ahUKewj_vvj1o8yPAxV5q5UCHTOePZYQFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw0LMsuimFySxRj0y_4Jlo4. Acesso em 02 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Portaria nº 2.917, de 12 de setembro de 2000. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/forum%2520peti/Plano_Peti1.pdf&ved=2ahUKewj25OSWpMyPAxWNTJUCHRYHMJUQFnoECBgQAQ&usg=AOvVaw2U9hDE9--oViN_AKDZKI5R. Acesso em 02 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Portaria Seas/MPAS nº 879, de 3 de dezembro de 2001. Brasília, 2001. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-879-de-3-de-dezembro-de-2001/&ved=2ahUKewjIk66tpMyPAxV_r5UCHaieCEIQFnoECCQQAQ&usg=AOvVaw293jMsxPU7q5i-2ApNfUEO. Acesso em 02 abr. 2024.

BRASIL. Portal da Transparência. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://portaldatransparencia.gov.br/&ved=2ahUKewjpiku8pMyPAxXlqpUCHRI-FBwQFnoECCAQAQ&usg=AOvVaw13A7Dp39O20ZSv5bQ8l9EC>. Acesso em 12 out. 2024.

BRASIL. Portaria Interministerial CGU/MP/MF nº 507, de 24 de novembro de 2011. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170. Brasília, 2011. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.gov.br/transferegov/pt-br/legislacao/portarias/portaria-interministerial-no-507-de-24-de-novembro-de-2011-revogada-pela-portaria-interministerial-no-424-de-30-de-dezembro-de-2016&ved=2ahUKEwjD9trNpMyPAxXMr5UCHZ5gHnAQFnoECB8QAAQ&usg=AOvVaw3ltXZjxMI2iFB-AjZtNuIp>. Acesso em 02 fev. 2025.

BRENDER, A.; DRAZEN, A. Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of Monetary Economics*, 2005. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304393205000887&ved=2ahUKEwji__ripMyPAxXorZUCHRJJqIQFnoECBcQAAQ&usg=AOvVaw0MVSCO3FsOO6H22TrIVQ_3. Acesso em: 02 fev. 2025.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Cartilha FINISA. 2025. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/finisa-documentação>. Acesso em: 4 ago. 2025.

CALDERÓN, C.; EASTERLY, W.; SERVÉN, L. Latin America's infrastructure in the era of macroeconomic crises. In: EASTERLY, W.; SERVÉN, L. (ed.). *The limits of stabilization: infrastructure, public deficits, and growth in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 2003. p. 21-94. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/a3be8393-ae64-5ba0-aac7-17ffa5bea57a/content&ved=2ahUKEwj_1eL4pMyPAxUJqpUCHWHrEpwQFnoECB0QAAQ&usg=AOvVaw1FBDE5I3TDI5JUZIrb4DwB. Acesso em: 23 set. 2023.

CALDERÓN, C.; SERVÉN, L. Infrastructure and economic development in Latin America. Washington, DC: Banco Mundial, 2017, 2010. (Policy Research Working Paper). Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/206841468263714529/infrastructure-in-latin-america-working-paper>. Acesso em: 16 mai. 2023.

CAMPOS NETO, C. A. D. S.; FERREIRA, I. M. As interfaces da infraestrutura econômica com o desenvolvimento: aspectos conceituais, metodológicos e apresentação dos capítulos. In: CARDOSO JR., J. C. P. (org.). *Infraestrutura econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas para 2025*. Livro 6. ed. Rio de Janeiro: Ipea, v. 1, 2010. cap. Introdução, p. 15-50. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/27ad4512-b924-420f-82a7-e4f0f176247b/content&ved=2ahUKEwj8leqejcyPAXV-upUCHTeYB68QFnoECBYQAQ&usg=AOvVaw2X6Q6VVs0ORDuEhyw8XN1j>. Acesso em: 2 nov. 2024.

CAMPOS NETO, C. A. S. Investimentos na infraestrutura de transportes: avaliação do período 2002-2013 e perspectivas para 2014-2016. Brasília: Ipea, dez. 2014. (Texto para Discussão, n. 2014). Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/t_d_2014.pdf&ved=2ahUKEwi3v-7ajcyPAXX_kJUCHZkWOIsQFnoECBYQAQ&usg=AOvVaw0uKY03cqnWCrRoDCQmzSuf. Acesso em: 9 abr. 2022.

CHEIN, F.; SILVA, U. M. V. da. Imperfeições no mercado de crédito e racionamento de crédito: uma análise para o setor informal no Brasil. *Nova Economia*, v. 24, n. 1, p. 103-122, abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/1439>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. IGM-CFA: Índice de Governança Municipal. Brasília: CFA, 2022. Disponível em: <https://igm.cfa.org.br/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

EASTERLY, W.; LEVINE, R. Africa's growth tragedy: policies and ethnic divisions. *Quarterly Journal of Economics*, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2951270>. Acesso em: 16 set. 2024.

FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, v. 61, n. 3, p. 271-300, jul./set. 2007. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.scielo.br/j/rbe/a/PqKJhdmBNGD6GGtnD9jJVwj/%3Fformat%3Dpdf%26lang%3Dpt&ved=2ahUKEwjcj_SKjsyPAXUPQ7gEHYCqFrIQFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw2Ed5hwshVsTfr7tNh7SyOb. Acesso em: 2 out. 2024.

FIRJAN. IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Rio de Janeiro: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FIRJAN. IFGF – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. Rio de Janeiro: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FLYVBJERG, B.; BRUZELIUS, N.; ROTHENGATTER, W. Megaprojects and risk: an anatomy of ambition. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.researchgate.net/publication/301852773_Megaprojects_and_Risk_An_Anatomy_of_Ambition&ved=2ahUKEwixuqOhjsyPAXrqJUCHaVjBMQQFnoECCEQAQ&usg=AOvVaw14_d_zMsk4hcOp432WdBwi. Acesso em: 01 fev. 2025.

FLYVBJERG, B.; SUNSTEIN, C. R. The principle of the malevolent hiding hand; or, the planning fallacy writ large. Social Research, v. 83, n. 4, p. 979-1004, inverno 2016. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2654423>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FRISCHTAK, C. R.; NORONHA, J. PAC: avaliação do potencial de impacto econômico. Brasília: CBIC, 2016. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2017/11/PAC_Avaliacao_do_Potencial_de_Impacto_Economico_2016.pdf&ved=2ahUKEwiEpuS3jsyPAXVvkZUCHb9XIdgQFnoECBYQAQ&usg=AOvVaw3N9exj5td8bpqL7XHRv4Yh. Acesso em: 23 fev. 2024.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C.; PINHEIRO, A. C.; VILLELA, L. V. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://archive.org/download/livro-texto-financas-publicas-teoria-e-pratica-no-brasil-fabio-giambiagi-ana-claudia-alem/LIVRO-TEXTO%2520Financ%25CC%25A7as%2520Pu%25CC%2581blicas%2520-%2520Teoria%2520e%2520Pra%25CC%2581tica%2520no%2520Brasil%2520-%2520Fa%25CC%2581bio%2520Giambiagi%2520%2520Ana%2520Cla%25CC%2581udia%2520Ale%25CC%2581m%2520_text.pdf&ved=2ahUKEwj r157HjsyPAXUcn5UCHZzrEPsQFnoECCUQAQ&usg=AOvVaw0sTrBT7fN K6JRBLfhYYZQY. Acesso em: 16 jan. 2025.

GOLDEN, M. A.; MIN, B. Distributive politics around the world. Annual Review of Political Science, 2013. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.researchgate.net/publication/234146738_Distributive_Politics_Around_the_World&ved=2ahUKEwiH8I_bjsyPAXVZq5UCHVw4

O7cQFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw00JARU6MBkdXMc_JielcFI. Acesso em: 12 jan. 2025.

GOMIDE, A. A.; PEREIRA, A. K. Os desafios da governança da política de infraestrutura no Brasil: aspectos políticos e administrativos da execução do investimento em projetos de grande vulto. In: GOMIDE, A.; PEREIRA, K. N. (org.). Governança da política de infraestrutura: condicionantes institucionais ao investimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/86e90e96-4491-436e-8255-](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/86e90e96-4491-436e-8255-434385871585&ved=2ahUKEwiIhOjvjsyPAxX0r5UCHRM2HCEQFnoECCYQAQ&usg=AOvVaw3gj6PaASiV-Bw2GocPr1Ar)

[434385871585&ved=2ahUKEwiIhOjvjsyPAxX0r5UCHRM2HCEQFnoECCYQAQ&usg=AOvVaw3gj6PaASiV-Bw2GocPr1Ar](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/86e90e96-4491-436e-8255-434385871585&ved=2ahUKEwiIhOjvjsyPAxX0r5UCHRM2HCEQFnoECCYQAQ&usg=AOvVaw3gj6PaASiV-Bw2GocPr1Ar). Acesso em: 04 set. 2024.

GOMIDE, A. de A. A política das reformas institucionais no Brasil: a reestruturação do setor de transportes. 2011. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/teses-dissertacoes/politica-das-reformas-institucionais-no-brasil-reestuturacao-do-setor-de>. Acesso em: 10 abr. 2022.

GREENE, W. H. Econometric analysis. 7. ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson, 2012. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.ctanujit.org/uploads/2/5/3/9/25393293/_econometric_analysis_by_greenec.pdf&ved=2ahUKEwjnPicj8yPAxX3kZUCHWRqMT EQFnoECB8QAQ&usg=AOvVaw05PaDkSTvUV1gI6duJ6S3q. Acesso em: 11 fev. 2025.

GRIN, E.; ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. C. M. Avanços e desafios na agenda da gestão pública. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 413-434, maio/jun. 2018. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.scielo.br/j/nec/a/FWgqx9B9rqKgbcB3DFVZQZf/%3Flang%3Dpt&ved=2ahUKEwju3e-5j8yPAxVsrZUCHfkrDPYQFnoECBsQAQ&usg=AOvVaw353LaUwZjcmQoZA0WMAKYM>. Acesso em: 25 jan. 2025.

GUASCH, J. L. Granting and renegotiating infrastructure concessions: doing it right. Washington, DC: Banco Mundial, 2017 Institute Development Studies, 2004. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&>

url=<https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/678041468765605224/granting-and-renegotiating-infrastructure-concessions-doing-it-right&ved=2ahUKEwj0g87Kj8yPAXU3qpUCHQ44LLYQFnoECBsQAQ&usg=AOvVaw2TktYttyJLjOgPPXKaBP94>. Acesso em: 05 abr. 2022.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. Econometria básica. 5. ed. São Paulo: AMGH Editora Ltda., 2011. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.academia.edu/40156994/ECONOMETRIA_B%25C3%2581SICA_5_edi%25C3%25A7%25C3%25A3o_Gujarati&ved=2ahUKEwjx482kpcyPAXVnj5UCHUM9B3QQFnoECBgQAQ&usg=AOvVaw0JM37fDCeDHIDT6wGPsHsF. Acesso em 02 fev. 2025.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios 2022. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Infraestrutura econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas para 2025. Brasília: Ipea, 2010. v. 1. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Infraestrutura Econômica, Social e Urbana; Livro 6). Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/27ad4512-b924-420f-82a7-e4f0f176247b/content&ved=2ahUKEwid9Yrkj8yPAXUDq5UCHSYDC-YQFnoECA8QAQ&usg=AOvVaw2X6Q6VVs0ORDuEhyw8XN1j>. Acesso em: 09 set 2024.

JAYME JR., F. G.; CROCCO, M. Bancos públicos e desenvolvimento econômico: uma introdução. In: AMADO, A. et al. (org.). Bancos públicos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2010. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php%3Foption%3Dcom_content%26view%3Darticle%26id%3D6439&ved=2ahUKEwj3oe7kcyPAXXvrpUCHRN9NqwQFnoECB4QAQ&usg=AOvVaw1JPuXovb9s0Cq0ndj2acvt. Acesso em 01 abril 2024.

KEEFER, P.; KHEMANI, S. The role of political institutions in the allocation of public spending. Washington, DC: Banco Mundial, 2017, 2005. (Policy Research Working Paper). Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/b66a30>

67-70cd-563a-a786-ae8c12b62a6c&ved=2ahUKEwjA2NndkcyPAxWerpUCHZQHOZoQFnoECBkQAQ&usg=AOvVaw1mO-JV4AxxbjajUqFozQCp. Acesso em 01 fev 2024.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 737-776, 2005. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://dados.iesp.uerj.br/es/artigos/%3Fid%3D723&ved=2ahUKEwj-i4KIksyPAxVfqpUCHd99OZgQFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw31cDo2eVZjrWq8qkx2vpaX>. Acesso em 30 nov. 2024.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. Os arranjos institucionais dos investimentos em infraestrutura no Brasil: uma análise sobre seis grandes projetos do programa de aceleração do crescimento. Brasília: Ipea, nov. 2016. (Texto para Discussão, n. 2253). Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesquisa-eaesp-files/arquivos/os_arranjos_institucionais_dos_investimentos_em_infraestrutura_no_brasil.pdf&ved=2ahUKEwj3-5uloMyPAxWuu5UCHdzPKHoQFnoECBoQAQ&usg=AOvVaw09cvhpkzdS-kjo0iXwKTic. Acesso em: 25 mar. 2022.

MACHADO, R. A.; GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. Reconfigurações da ação estatal na política de infraestrutura no período recente: avanços e limites. Rio de Janeiro: Ipea, dez. 2017. (Texto para Discussão, n. 2352). Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2352.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

MADDALA, G. S. Limited-dependent and qualitative variables in econometrics. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.cambridge.org/core/books/limiteddependent-and-qualitative-variables-in-econometrics/69B8DBC75160713AA3AD1AD979D297B8&ved=2ahUKEwimqZi3oMyPAxWPrZUCHZQxBRAQFnoECCAQAQ&usg=AOvVaw23cSSyOgbkLooTwrzJjj97>. Acesso em: 21 jul. 2024

MASSARDI, W. O.; ABRANTES, L. A. Fiscal effort, dependence on the FPM and socioeconomic development: a study applied to municipalities in

Minas Gerais. REGE – Revista de Gestão, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 295–313, 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rege/article/view/111466>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MERCEDES, S. S. P.; RICO, J. A. P.; POZZO, L. Y. Uma revisão histórica do planejamento do setor elétrico brasileiro. Revista USP, São Paulo, n. 104, p. 13-36, 2015. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/106750/105389>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MOUTINHO, J. A.; KNISS, C. T.; MACCARI, E. A influência da gestão de projetos na estratégia de transferências voluntárias de recursos da União para municípios brasileiros: o caso de uma prefeitura de médio porte. Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 181-207, jan./mar. 2013. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.redalyc.org/pdf/3312/331227376008.pdf&ved=2ahUKEwjQ1srpcyPAxVTvJUCHeIaMhUQFnoECCEQAQ&usg=AOvVaw1_Me9fHwc0IiM0CUUAAEGP. Acesso em: 02 fev. 2025.

NORDHAUS, W. D. The political business cycle. Review of Economic Studies, 1975. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://academic.oup.com/restud/article/42/2/169/1580972&ved=2ahUKEwjglJ3xpcyPAxW7rJUCHaK_CsEQFnoECBkQAQ&usg=AOvVaw20Wb3ZlyUnQXxmCEca8cKg. Acesso em 23 set. 2024.

ORAIR, R. O. Investimento público no Brasil: trajetórias e relações com o regime fiscal. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2016. (Texto para Discussão, n. 2215). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6873/1/TD_2215.PDF. Acesso em: 14 abr. 2022.

ORAIR, R. O.; SIQUEIRA, F. F. Investimento público no Brasil e suas relações com ciclo econômico e regime fiscal. Economia e Sociedade, v. 27, n. 3, p. 939–969, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2018v27n3art9>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PECI, A. Além do “cerimonialismo” das estratégias de internacionalização. Revista de Administração Pública, v. 55, n. 3, p. x-y, maio/jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/i/2021.v55n3/>. Acesso em 12 set. 2024.

PEGO, B. et al. Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Rio de Janeiro: Ipea, n. 30,

jul./dez. 2022. (Edição Especial 15 anos). ISSN 2177-1847. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/brua30>. Acesso em: 05 maio 2025.

PEREIRA DE MELLO, L. H. D. A relação entre os Poderes Executivo e Legislativo quanto às emendas individuais ao orçamento. 2012. Especialização (Orçamento Público) – Instituto Serzedello Corrêa, Tribunal de Contas da União, Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://bd.camara.leg.br/bd/items/65451ca4-295d-4e85-a3a9-a40068507419/full&ved=2ahUKEwi5ib3qpsyPAxVNHbkGHAMMGZgQFnoECB4QAQ&usg=AOvVaw1ganFWuVRGN3VV8xLXSE5i>. Acesso em 04 abr. 2024.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 265-301, 2002. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.scielo.br/j/dados/a/SvvxHRVpQ975Rk3WYmvvyHB/%3Flang%3Dpt&ved=2ahUKEwjT66mMp8yPAxVzrpUCHbWIEQsQFnoECBgQAQ&usg=AOvVaw0mFmQwmgj7qPt0oIKvJTS7>. Acesso em: 14 mai. 2023.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. Revista de Economia Política, v. 27, n. 4, p. 664-683, 2007. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.scielo.br/j/rep/a/NbLsLqGMrdkSTDzYdNHWbdr/%3Flang%3Dpt&ved=2ahUKEwj7Nilp8yPAxUjupUCHU5IMdYQFnoECCYQAQ&usg=AOvVaw2zoQJSIcco1qh0CAtn32TJ>. Acesso em: 16 jul. 2024.

PEREIRA, V. B. Transportes: história, crises e caminhos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/transportes-historia-crisis-e-caminhos-51135-1.pdf&ved=2ahUKEwuius--p8yPAxU_rZUCHcq-LbkQFnoECBgQAQ&usg=AOvVaw2dxPQ-EAIYtIVetkkTNzPJ. Acesso em: 25 mai. 2024.

PINHEIRO, M. M. S. Políticas públicas baseadas em evidências: uma avaliação crítica. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/1f580a51-10fc->

416a-a7c5-61b3a2696df0&ved=2ahUKEwjw-tXTP8yPAXU4rJUCHS_WMhoQFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw3NVGQ90_65ce6P6-71bPIP. Acesso em: 09 out. 2024.

PRADO, S. Transferências intergovernamentais na federação brasileira: avaliação e alternativas de reformas. *Caderno Fórum Fiscal*, n. 6, 2006. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.forumfed.org/libdocs/2009/FFBS_Transferencias_Intergovernamentais_Brasil.pdf&ved=2ahUKEwjSwof0p8yPAXUEqpUCHUsyKK0QFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw31sxEW5-6p3KvQBImxMTM. Acesso em: 12 mai. 2023.

REZENDE, F. O crescimento (descontrolado) da intervenção governamental na economia brasileira. In: LIMA JUNIOR, O. B.; ABRANCHES, S. H. (coord.). *As origens da crise: Estado autoritário e planejamento no Brasil*. Rio de Janeiro; São Paulo: Iuperj; Editora Vértice, 1987. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.scielo.br/j/rec/a/PjMxX8CQyrCkZfNQc5Lmvpm/%3Flang%3Dpt&ved=2ahUKEwjP-qWGqMyPAXVFp5UCHQP-Cb4QFnoECBYQAQ&usg=AOvVaw2I7w9gN4g99ZZdgyY9Aotz>. Acesso em: 16 out. 2024.

REZENDE, F. Financiamento da infraestrutura: desafios institucionais e federativos. *Revista do Serviço Público*, v. 69, n. 4, p. 723–740, 2018. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/8395/1/Revista%2520do%2520Servi%25C3%25A7o%2520P%25C3%25BAblico%2520%2528RSP%2529%2520v.%252075%2520n.%25204.pdf&ved=2ahUKEwizvI2rqMyPAXVER5UCHVTZKqEQFnoECBkQAQ&usg=AOvVaw1U3KHX8VODHBLHs3zI7gZr>. Acesso em 12 mai. 2024.

RILEY, J. G. Silver signals: twenty-five years of screening and signaling. *Journal of Economic Literature*, v. 39, n. 2, p. 432–478, 1 jun. 2001. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.aeaweb.org/articles%3Fid%3D10.1257/jel.39.2.432&ved=2ahUKEwiz1oe8qMyPAXUqrZUCHS-uIYUQFnoECCYQAQ&usg=AOvVaw2GGEIcFOvDxfG8PM_Yrrgi. Acesso em: 18 nov. 2024.

RODDEN, J. Hamilton's paradox: the promise and peril of fiscal federalism. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/15907/1/204.pdf&ved=2ahUKEwipnNHSqMyPAxUIjpUCHbo2Lp0QFnoECBwQAQ&usg=AOvVaw3pic3uayq8C_vy5jBN_mdj. Acesso em 10 dez. 2023.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; EZCURRA, R. Does decentralization matter for regional disparities? *Journal of Economic Geography*, 2010. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://ideas.repec.org/a/oup/jecgeo/v10y2010i5p619-644.html&ved=2ahUKEwiV7cmmqcyPAxUqlZUCHTTdIR4QFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw0vS9m2shl1IwTlfqqH5o95>. Acesso em 21 out. 2024.

SOUZA, C. Governos locais e políticas públicas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.scielo.br/j/spp/a/qbYVHXgy3fRPrbNgx6M5LXL&ved=2ahUKEwj0zJS3qcyPAxUdrpUCHcTLArAQFnoECCYQAQ&usg=AOvVaw0qQZsbfMiBL8N6o6armQ3m>. Acesso em 20 mai. 2024.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. Credit rationing in markets with imperfect information. *American Economic Review*, v. 71, n. 3, p. 393–410, 1981. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.econ.puc-rio.br/mgarcia/Macro%2520II%2520-%2520Mestrado/StiglitzWeiss1981.pdf&ved=2ahUKEwjkiAJNqcyPAxWNTJUChRYHMJUQFnoECBYQAQ&usg=AOvVaw1MQkjITNH7QRy8v_ICBK Y6. Acesso em: 16 jun. 2024.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. Macro-economic equilibrium and credit rationing. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, fev. 1987. (NBER Working Paper, 2164). Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w2164.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

WOOLDRIDGE, J. M. *Econometric analysis of cross section and panel data*. 2. ed. Cambridge, MA: MIT Press, 2010. Disponível em: <https://ipcid.org/evaluation/apoio/Wooldridge%2520-%2520Cross-section%2520and%2520Panel%2520Data.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2025.



idn

idp

A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
O SEU CONHECIMENTO